



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 21 DE NOVEMBRO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Apresentação de vídeo
- Exposição em língua indígena
- Falha na transmissão, transcrição prejudicada

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Boa noite.

Na qualidade de membra da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 73ª Audiência Pública do ano de 2023. Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e, também, pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e YouTube no canal da TV Câmara São Paulo e TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o início de novembro no *Diário Oficial da Cidade*; desde o dia 7 de novembro no jornal *O Estado de São Paulo*; e desde o dia 8 de novembro no jornal *Folha de São Paulo*. Informo que as sugestões ao PL 586/2023 podem ser apresentadas pelo *hotsite*: www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023audienciaspublicas.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublica, e também podem ser feitas neste momento, junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados para a audiência os Srs.: José Armênio de Brito Cruz, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento em exercício, que mandou a sua representante, a Sra. Beatriz Bruno Mendes; Venha, Beatriz, fique aqui conosco. A maioria é de mulheres na Mesa, Beatriz.

Também foram convidados os Srs.: Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; a Sra. Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Nelson Gonçalves de Lima Júnior, Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico; Rodrigo Ravena, Secretário Municipal do Verde do Meio Ambiente, representado pela Sra. Tamires Carla, Chefe de Gabinete; Dr. Marcos Vinícius Monteiro dos Santos, Promotor da Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Mário Sarrubbo, Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público-Geral.

Estão presentes o Vereador Waldir Junior e o Vereador, membro da Comissão de Política Urbana e Relator da revisão da Lei de Zoneamento, Rodrigo Goulart, nos dando a honra da sua presença nesta audiência pública, chamada com a seguinte temática – é a 25ª audiência

pública do PL 586/2023.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Pela ordem, Presidente.

É o Vereador Sansão Pereira. Poderia registrar a presença?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Vereador Sansão Pereira, presente.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Também estão presentes os Vereadores Jair Tatto e Arselino Tatto, de forma *on-line*. Estão prestigiando *on-line*.

Não sei se eles estão aparecendo aqui, mas...

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, só por uma questão de ordem.

Sobre os convidados, pergunto se existem também representantes dos convidados. Eu vi que o Secretário de Subs também estava aí. Se há alguma Subprefeitura ou dos demais convidados também, se há algum representante...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Não, não, Vereador.

Os únicos convidados que mandaram representantes foram a Secretaria do Verde – que está aqui do lado esquerdo – e a SMUL, que está aqui do lado direito.

O SR. RODRIGO GOULART – Muito obrigado.

Teremos, também, a apresentação da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. É isso, o vídeo?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Teremos um vídeo, né?

Sim, sim, a versão curta da apresentação, Vereador.

O SR. RODRIGO GOULART – Muito obrigado, Vereadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Então, o tema aqui é 25ª audiência pública do PL 586/2023, do Executivo, Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 - Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos

da previsão de seu art. 126, e dá outras providências.

O tema específico desta audiência pública é ZEPAM e ZEPEC.

Do meu lado direito, está a Coveadora Dafne Senna, da Bancada Feminista, que vai fazer uma apresentação para nós.

Primeiro, vamos apreciar o vídeo do Executivo, na sua versão mais reduzida, de cinco minutos. Depois, em seguida, a gente passa para a apresentação da Coveadora Dafne.

Enquanto a gente aguarda o vídeo, eu queria informar que hoje se encerra o prazo para envio de propostas pelo *hotsite* do zoneamento, no portal da Câmara.

Esta também é a última audiência pública, antes da apresentação do primeiro substitutivo.

- Falha na apresentação audiovisual.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Pode falar, Vereador.

O SR. RODRIGO GOULART – Foi só pegar o microfone e consertou a apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Na verdade, estava esperando o senhor voltar para poder começar.

O SR. RODRIGO GOULART – Vamos para a apresentação do Executivo.

- Apresentação de vídeo.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Presidente.

Nós tivemos um probleminha com os arquivos. A apresentação mais recente é outra. Por isso, a Secretaria vai alterar o vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Tudo bem, Vereador.

O SR. RODRIGO GOULART – Estou conferindo com a assessora de SMUL também, que nos orientou. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Ok.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Lembrando, gente, que

apesar de não ter tido áudio para quem estava na forma virtual, o vídeo estava legendado. A Comissão vai disponibilizar o vídeo, na íntegra, para todas as pessoas que estão virtualmente.

A gente vai começar chamando os inscritos. Há bastantes inscritos – mais de 30 pessoas se inscreveram. Mas, antes de chamar os inscritos, a gente vai passar para uma apresentação da Dafne, que é Covereadora da Bancada Feminista. Será uma apresentação rápida, de quatro minutos. Depois, a gente passa para as inscrições.

Com a palavra, Dafne Senna.

A SRA. DAFNE SENNA – Boa noite, gente. Será de até menos de quatro minutos.

Eu só queria falar rapidinho, porque a maioria das pessoas que estão aqui fizeram reunião comigo. Nós fizemos reuniões, debatemos. Temos mais de 30 inscritos, o que comprova, mais uma vez, o que o nosso mandato já tinha constatado: que a cidade grita por proteção dos territórios.

Esta audiência é sobre ZEPAM e ZEPEC, que são tipos de zoneamento que protegem o patrimônio ambiental e o patrimônio cultural. A partir da aprovação do último, da revisão do Plano Diretor, o que se aplica agora é uma franca expansão do mercado imobiliário e as pessoas, os munícipes, todo mundo está desesperado por proteger os espaços de sua comunidade. Quando falamos de proteção ambiental, estamos falando, sim, de lidar com os efeitos da crise climática. Não tem como falar disso mais claramente do que o que temos vivido nas últimas semanas e do que vamos viver muito daqui para frente – as ondas de calor, as chuvas fortes, as chuvas de vento. Como são importantes essas áreas, mas também estamos falando de locais de confraternização de comunidades, locais onde a vida acontece.

Falando disso, também estamos falando de ZEPEC. Precisamos proteger a tomada da cidade. Precisamos proteger os espaços que contam a nossa história; os espaços que contam a história de quem veio antes da gente nesta cidade; os espaços que nos trazem lazer, nos trazem cultura; os espaços que nós construímos para esses fins. Hoje vão vir várias pessoas que já conversei e que aqui vão trazer histórias e demandas desses lugares. É uma oportunidade, para todo mundo que foi no gabinete, eu falei, façam suas demandas ecoarem e

esse é mais um espaço para essas demandas ecoarem, para a gente poder, enfim, conseguir proteger cada um, uma pequena parte do seu território. Está longe de ser o suficiente, sabemos disso, mas se não começarmos por algum lugar, se não começamos pelo nosso bairro, se não começamos por onde conhecemos, por onde a nossa comunidade está, vamos acabar vendo tudo sendo tomado.

Então, eu queria só saudar todo mundo que está aqui, todo mundo que se reuniu comigo, todo mundo que acompanha a Bancada Feminista, deixar aqui o compromisso do nosso mandato de lutar por essas demandas, de levar essas demandas, de lutar para que elas estejam nos substitutivos, para que possamos votá-las, para que sejam o processo democrático aqui na Câmara Municipal.

É só isso mesmo, vamos aos inscritos.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Dafne.

Gente, eu vou chamar um presencial – que se inscreveu presencialmente – e um que está inscrito virtualmente, *on-line*. Eu vou ser bastante rigorosa com tempo de três minutos, porque, senão, não vai dar para todo mundo falar. Vamos ter bom senso, respeitar os três minutos para que todas as pessoas possam participar e que não tenhamos que terminar a audiência de forma esvaziada. Ela está com bastante participação, mas precisamos que continue com todas as pessoas até o final. O primeiro inscrito é Guilherme Zachi, do Ó do Borogodó, são três minutos.

O SR. GUILHERME ZACHI – Boa noite a todos.

Cumprimento a Mesa, os Srs. e Sras. Vereadoras, Secretários e demais presentes.

Eu quero destacar a importância deste espaço temático para a discussão do futuro da cidade de São Paulo. Meu nome é Guilherme. Eu represento uma comunidade de músicos e amigos e frequentadores de um local conhecido como o Ó do Borogodó, que há 22 anos promove, experimenta e produz música brasileira, com destaque para o samba e choro, no bairro de Pinheiros. Em junho deste ano, o Ó protocolou na Secretaria Municipal de Cultura requerimento de enquadramento como Zona Especial de Preservação Cultural, área de proteção cultural. Após intensa mobilização social, em 13 de novembro, o Conpresp, em decisão inédita

e unânime, determinou a abertura de procedimento que pode reconhecer o Ó como patrimônio cultural da cidade de São Paulo. Estamos exultantes com a decisão provisória que garante a salvaguarda do espaço cultural, mas esse caminho demonstrou a necessidade de que clientes públicos municipais, dentro de suas competências, participem ativamente da implementação, aperfeiçoamento e democratização do dispositivo.

Destaco alguns aspectos que, a nosso ver, merecem atenção das Sras. e Srs. Vereadores. O primeiro aspecto, é que o mapa da Lei de Zoneamento apresente quais lotes devem ser gravados como ZEPEC-APC, auxiliando a Secretaria Municipal de Cultura na identificação de bens culturais a serem preservados. E, nesse sentido, apresentamos uma emenda ao projeto de Lei de Zoneamento. Já nos reunimos com o relator, Vereador Rodrigo Goulart, e esperamos que a emenda possa ser acolhida no texto final.

O segundo aspecto é a regulamentação do Decreto 56.725, de 2015, no que diz respeito à isenção de impostos e taxas para os imóveis que abrigam atividades salvaguardadas pela ZEPEC-APC. Assim como em relação à transferência do direito de construir desses imóveis.

O terceiro aspecto é a ampliação e qualificação da ZEPEC-APC como política pública intersetorial na cidade de São Paulo, mediante a criação de instrumentos de gestão, estratégias de promoção e difusão das áreas de proteção cultural na Capital paulista.

Entendemos que dispositivos legais como o Plano Diretor Estratégico e o Plano Municipal de Cultura, dentre outros, preveem a integração do planejamento urbano aos bens culturais da cidade, estabelecendo estratégias que sejam capazes de garantir a preservação do patrimônio cultural, incluídos os bens imateriais, não apenas como forma de valorizar as histórias e a identidade da cidade, mas como princípio do desenvolvimento urbano sustentável.

Queria encerrar esta fala compartilhando com vocês que, hoje, a despeito da abertura do processo no Conpresp, o Ó ainda corre risco de ter suas atividades encerradas em razão de uma ação judicial de despejo, porque os proprietários querem vender o imóvel. Esse fato demonstra que a atuação da Câmara neste tema, assim como esta audiência pública, é fundamental para equilibrar o jogo de força dos atores envolvidos na dinâmica de uso e ocupação

do solo da cidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Guilherme.

Chamo agora o Milton Golombek, da ABEG, *on-line*, três minutos. Pode começar.

Milton, seu microfone está sem som. Nós não estamos ouvindo.

O SR. MILTON GOLOMBEK – Como é que a gente faz?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Agora foi.

O SR. MILTON GOLOMBEK – E agora voltou a microfonia... (Falha na transmissão)... o único, vamos dizer, questionamento que me fizeram, a ABEG, Associação Brasileira de Empresas de Projetos e Consultoria em Engenharia Geotécnica, então, vamos dizer, a área que eu atuo é a área de fundações e contenções de obras.

O que foi questionado é sobre a possibilidade ou não de se executar obras em áreas eventualmente sujeitas a alagamento. A engenharia, há muito tempo, dispõe de recursos para isso. E, normalmente, basta ver toda a Marginal Pinheiros, o que se constrói lá. Nós temos obras com cinco subsolos, seis subsolos abaixo do nível da rua, o que significa mais ou menos 14 metros abaixo do nível d'água. Então, vamos dizer, não existe uma impossibilidade técnica de se executar obras em áreas com nível d'água elevado ou até sujeitas a algum tipo de inundação.

O que talvez precisaria é que a Prefeitura entendesse a necessidade de levantar a cota do nível térreo para uma cota que ficasse acima da cota de alagamento, para evitar uma piora em situações limite. Mas fora isso, vamos dizer, já há algumas obras que têm comporta na entrada do subsolo, de modo que quando a rua alaga – isso na Vila Olímpia acontece em algumas ruas –, levanta-se a comporta automaticamente, a água não entra no subsolo e também não chega a atingir o térreo.

Normalmente, essa parte de alagamento acaba atingindo mais construções precárias, é o que vemos normalmente acontecer com essas chuvas maiores e tal. Esses alagamentos acabam invadindo casas e construções de menor padrão de construção. A parte predial, isso aí não é nenhum tipo de empecilho. Então, basicamente, o que tinha para colocar é

que temos projetado muitos e muitos subsolos em toda a região baixa de São Paulo, tanto a região Berrini, Faria Lima, Marginal Pinheiros, Marginal Tietê, etc.

Então, não é problema do ponto de vista de engenharia. Então, basicamente, é o que tinha para colocar para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sr. Milton.

Passo agora ao próximo inscrito, a Sra. Geisa Carneiro Monteiro Reis Silva, munícipe. Três minutos.

A SRA. GEISA CARNEIRO MONTEIRO REIS SILVA – O meu pleito é muito simples. É sobre o setor 21, quadra 84. A quadra fica entre a Avenida Pacaembu, Rua Paraguaçu, Rua Traipu e Rua Itamarati.

Essa quadra toda é ZCOR-2, exceto 13 casas que estão em R-1, e que não cumprem, agora, o papel que foi determinado às diretrizes do novo PDE. Porque elas ou estão desocupadas ou são parte de imóveis comerciais.

Então, o meu pleito não é grande coisa. É só a regularização dessas 13 casas para o que o resto da quadra é, para a função delas, quer é ZCOR-2. A quadra toda é ZCOR-2 e são 13 casas que estão em ZER-1. Trânsito alto, barulho, uma série de coisas e não dá mais para morar lá.

Então, eu só peço a regularização disso para que se cumpra o PDE.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Dona Geisa.

Chamo agora, de forma *on-line*: Sr. Maffei, por favor.

Sr. Maffei, liga o seu áudio. Pode falar.

O SR. CARLOS EDUARDO MOREIRA MAFFEI – Ah, pode falar? Tá.

Então, eu faço minhas as palavras do Golombek. Do ponto de vista de engenharia, que nós somos engenheiros, eu não vejo nenhum problema, desde que as pessoas saibam o que fazem.

Quer dizer, o engenheiro pode tomar cuidado com todos esses problemas de região

aluvionar. Ele não vai rebaixar uma região aluvionar. Ele vai cuidar das contenções serem praticamente perfeitas. E eu não vejo, do ponto de vista de engenharia, por que limitar qualquer coisa. Nós temos feito uma série de túneis nessas regiões, engrenagens, sem problema. Não dá para entender por que uma planície aluvionar é diferente do que qualquer outro terreno.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – O senhor já terminou?

(Pausa)

Vou passar, então, para o próximo inscrito, presencial, Sr. Vladimir Iszlaji, da Abrainc. Três minutos.

Eu reitero que, na fala do Sr. Vladimir, vamos encerrar as inscrições.

O SR. VLADIMIR ISZLAJI – Boa noite. Cumprimento a Mesa, a todos os presentes nesta audiência.

O tema aqui, ZEPAM e ZEPEC, acho que fala de proteção, fala de meio ambiente, fala de questão climática. É lembrar de um ponto principal que o Plano Diretor coloca, que é relacionado a adensamento urbano e cidades compactas.

Já existem diversos estudos comparativos de várias cidades comprovando que cidades compactas emitem menos carbono, emitem menos gás de efeito estufa, porque você reduz o trajeto, reduz as viagens, você dá mais acesso às oportunidades urbanas para todas as pessoas de forma mais próxima.

E, quando vamos por esse caminho, acho que temos de lembrar que São Paulo é uma cidade radial, que começou se desenvolvendo do centro em direção às periferias. E temos um modelo de desenvolvimento que tem uma alta densidade na região periférica, onde moram muitas pessoas, longe dos acessos às oportunidades. E um centro expandido, onde moram poucas pessoas, onde você tem infraestrutura, tem acesso a emprego e tem acesso à oportunidade.

O Plano Diretor buscou reverter esse problema. E acho que nós, nessa revisão, temos de tomar um cuidado com isso. Então, apresentamos um conjunto de propostas. Nesse conjunto de propostas pedimos a ampliação dos eixos conforme previsto no Plano Diretor. E a

modulação dos limites de gabarito, principalmente nas macroáreas de urbanização consolidada, nas macroáreas de qualificação da urbanização, uma vez que são as regiões onde se tem maior infraestrutura. Com foco também, não só pensando em adensar, em trazer as pessoas para mais perto, mas com relação ao meio ambiente.

É isso que eu queria comentar. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, senhor Vladimir.

Eu queria fazer uma pergunta. O senhor protocolou esse documento aqui na Comissão?

O SR. VLADIMIR ISZLAJI – Protocolei via internet, lá no *site*.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Via internet?

O SR. VLADIMIR ISZLAJI – Isso.

Tínhamos protocolado o documento ainda no âmbito do executivo e reprotocolamos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – O.K, muito obrigada.

Chamo o próximo agora, que está no virtual: Sr. Rafael Felipe Silva Cardoso.

O SR. RAFAEL FELIPE SILVA CARDOSO – Boa noite a todos, boa noite à Mesa.

Meu nome é Rafael, sou Diretor Financeiro da Tânia Bulhões e também tenho alguns investimentos aqui na região, na Rua Colômbia.

Acho que o ponto que eu queria trazer aqui: a Rua Colômbia, hoje, é caracterizada por uma ZCOR-2. E isso possibilita restaurantes de até 100 lugares. O ponto que quero mencionar é que na lei de março de 2016, foi inserida uma nota de rodapé que restringe a atividade de restaurantes, que é a nota de rodapé, nota “G”, do quadro resumo número IV. E na lei atual não tem essa nota de rodapé. E não tem essa menção de que não poderia ter restaurante na Rua Colômbia. E em conversa com parceiros, com outros investidores aqui na região, tem muita gente com interesse em montar restaurantes, cafés menores, na Rua Colômbia.

Eu gostaria de pedir aqui que tivesse a exclusão dessa restrição contida nessa nota de rodapé, impossibilitando restaurantes de até 100 lugares. Porque eu acho que a Rua

Colômbia, por ser uma ZCOR-2, faz total sentido e teria que manter realmente a alimentação sobre outras atividades como casas noturnas, bares com maior movimentação, etc. Mas café e restaurantes eu acho que ainda seria bom para a comunidade local, para ter mais opções de alimentos e lazer aqui na região também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Passo agora para a Laurita Salles, que é do Pró-Pinheiros e também do CPM Pinheiros.

A SRA. LAURITA SALLES – Alô? Está funcionando?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sim.

A SRA. LAURITA SALLES – Boa noite a todos.

Represento o Pró-Pinheiros e o CPM Pinheiros.

Então, com relação a ZEPAM, queremos manifestar o interesse, que é o artigo que fala sobre áreas comerciais. A letra “M”, acho que é do 48, onde pode ter licenciamento, que não se aumente para 500, porque achamos que isso fere as condições de interesse de proteção ambiental.

Também quero me manifestar a respeito de uma questão de ambiente de proteção cultural, embora não seja exatamente ZEPEC, que é o item que fala sobre proteção a imóveis e áreas tombadas. Que se inclua também, assim como tem ZEUP, uma série de coisas que ainda estão em processo, esperando que seja, que imóveis e áreas que estejam em processo de tombamento possam ter as mesmas condições que ZEUP tem. Ou seja, que também seja incluído como não ZEU, e que fique esperando até a devida aprovação.

Outro item que queríamos falar é sobre essa questão de índices. Eu ia falar mesmo. Eu discordo profundamente da fala do senhor da Abrainc. Discordamos profundamente que se mexa nos parâmetros e se piore, porque mais prédio não protege. Eu estou numa ilha de calor. E nós sabemos o que é a Vila Mariana, qual é a zona de mais calor nessa cidade.

Então, mais prédios, e principalmente na Zona Mista, que foi a última, na outra

audiência que se falou. E por isso hoje estou falando, porque é a última, não se pode fazer isso. Já tem ZEU aos montes, já tem lugar aos montes, que vá para outras regiões, porque não é nas nossas zonas que está vindo a periferia morar. Nós sabemos muito bem. Vocês têm ZEUs na cidade inteira. E, para fazer isso com Zona Mista, é simplesmente tirar das zonas de exclusão, que é uma coisa bastante importante dessa Lei de Zoneamento, fazer de novo um foco ZEU.

Então, isso é absolutamente errado, absurdo. E pedimos encarecidamente, como percebemos que há sensibilidade nesta Câmara, nesse momento, do Relator, e de parte da Comissão de Política Urbana, que não se altere índice para piorar. É isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sra. Laurita.

Chamo agora a Mariana, *on-line*. Ela entrou, a Mariana? Não está. A Solange Garcia?

(Pausa) Ela não estava no começo, não sei se entrou agora. Não.

Então, agora o Fabio Taioli, da Amapar.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Fabio, só um minuto que estão acertando o áudio aqui. Agora sim.

O SR. FABIO TAIOLI – Eu estou aqui representando a Amapar – Associação dos Moradores Amigos Parque da Previdência, na região do Butantã.

Eu sou geólogo, professor titular de Geologia do Instituto de Geociências da USP, estou aposentado. Atualmente, sou professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

Moro na Previdência desde 1980, há 43 anos, portanto, e participei de muitas manifestações de preservação do Parque da Previdência nas diversas tentativas de destruir o parque. Só para contar um pouquinho da história, esse parque foi criado por ocasião do loteamento do bairro numa área absolutamente imprópria para a construção de imóveis. É uma área de alto gradiente topográfico, tem várias nascentes e também vários afloramentos do embasamento da cidade de São Paulo: o embasamento cristalino da Geologia.

A cidade de São Paulo ocupa basicamente a Bacia Sedimentar de São Paulo e, nas

periferias, se espalha para o embasamento cristalino, onde se tem a topografia mais acidentada e mais complicada de se lidar. Os colegas Engenheiros que estão aqui sabem que sempre existe algum problema.

O parque contém nascentes de água e também uma mata remanescente da Mata Atlântica que conserva todo o bioma ou grande parte do bioma da Mata Atlântica e está conectado com duas outras áreas periféricas, que é o Instituto Butantã e a Cidade Universitária, formando um corredor verde de extrema importância principalmente para o bioma migratório que passa pela cidade de São Paulo. O parque faz parte do remanescente ínfimo de 4% de áreas verdes da cidade de São Paulo.

E a nossa demanda é que o quadrilátero que vai do Parque da Previdência pela Rodovia Raposo Tavares, Avenida Eliseu de Almeida e Rua Domingos Barbieri, não sofra nenhuma alteração em relação ao Plano Diretor atual.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sr. Fábio.

Tem a palavra a Sra. Luciana Frazão, que também é da Amapar.

A SRA. LUCIANA FRAZÃO – Boa noite a todos.

Eu sou bióloga e consultora ambiental, tenho mais de 20 anos de experiência em avaliação de impacto ambiental e eu posso dizer, sem titubear, que o impacto ambiental da revisão desta Lei de Zoneamento é imensurável, é irreversível, de difícil mitigação e impossível de ser compensado. Isso, sem falar na cumulatividade e na sinergia desses impactos.

Basta a gente olhar em volta nas ruas de São Paulo e ver como estamos hoje, com tantas obras acontecendo ao mesmo tempo e tanta interação e soma de impactos negativos que a Prefeitura não consegue gerenciar.

São Paulo precisa de mais áreas verdes, mais arborização, mais parques, mais corredores verdes. Os serviços ecossistêmicos prestados por essas áreas verdes em conjunto com as ZERs são de fundamental importância para a espécie humana, sendo responsáveis pela promoção de ar puro, melhoria da qualidade do ar, redução das ilhas de calor, portanto,

manutenção do ciclo hidrológico, produção de água e alimentos, entre outros. Poderíamos aqui falar bastante sobre isso.

A Prefeitura só tem vantagem em manter áreas verdes como essas, tendo menos gasto com saúde pública, menos gasto com problemas de enchente, maior qualidade de vida para os munícipes, etc. Então, a gente pede, não mexam nas áreas verdes e tomem muito cuidado com o que fazem entre as áreas verdes, porque a gente tem parques 3 % de zonas residenciais na cidade. Não verticalizem ainda mais a nossa cidade, não criem mais ilhas de calor; criem mais parques, adotem mais soluções de eficiência energética, cuidem das nossas águas e resíduos.

Sejam mais sustentáveis em suas decisões que afetam a cidade e, por favor, honrem o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ratificado pela Prefeitura de São Paulo. Parem, pensem e repensem, sejam responsáveis e consequentes.

Além disso, gostaria de falar um pouquinho sobre esse pedacinho do Butantã, que é a Previdência, um bairro verde, onde a gente tem o Parque Previdência; e o bairro que estou me referindo é aquele que ladeia imediatamente a Previdência. Não vou repetir as ruas, a gente tem um abaixo-assinado entregue, com mais detalhes, e o que nos preocupa muito é vocês dizerem que não haverá alterações em Zonas Residenciais; mas, ao mesmo tempo, estão propondo modificações nas Zonas Corredores que podem nos afetar diretamente.

Como o Fabio Taioli acabou de falar, do ponto de vista geológico, a gente não tem condição: a gente tem áreas de solos moles, a gente tem áreas de várzeas, de meandros, que não comportam construções grandes. Além de não comportar no bairro, não temos capacidade e suporte na cidade para tanto, as casas desse bairro serão profundamente afetadas do ponto de vista estrutural se houverem tantas obras no seu entorno. É isso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Luciana.

Tem a palavra a Sra. Silvia Martins Baeder, de forma *on-line*. Ela entrou, por acaso?

Você é a Silvia Martins Baeder? Você se inscreveu *on-line*, mas não quer falar?

Ah, está ok.

O SR. RODRIGO GOULART – Obrigado pela presença, dona Silvia. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sra. Juliana Borges está presente, *on-line*? Não?

Então, tem a palavra o Sr. Rodrigo Centini, do Movimento Amigos da Vila Anglo e Jardim Vera Cruz.

O SR. RODRIGO CENTINI – Eu sou morador da Vila Anglo, do Movimento Amigos da Vila Angra e Jardim Vera Cruz, na Zona Oeste. Nós já estivemos presencialmente nas audiências, mas, enfim, eu acredito que seja importante falar nesta também sobre a questão da ZEPAM, como assunto principal.

Entre outras demandas, a gente tem trazido algumas demandas para o bairro, que foram apresentadas pelo Vereador Rodrigo Goulart. Nós temos também uma demanda de ZEPAM específica da área, que conversamos com a Dafne, que fez uma ótima apresentação, também com o Goulart e outros Vereadores e Vereadoras, até com a Simone Goulart, porque a gente entende que foi uma demarcação ilegal de ZEIS.

A situação é a seguinte: na antiga Praça do Cruzeiro – hoje, Praça Doutor Penteado Médici – tem duas demarcações de ZEIS, duas áreas diferentes, uma área de 1.780 m² que incorpora alguns lados, outra área de 3300 m². A gente entende que essa área maior, de 3300 m², está numa área de APP, é um morro de altíssima declividade, acima de 45 graus, que já tem um histórico de deslizamentos com mortes e tudo mais; tem uma vegetação secundária de Mata Atlântica em estágio médio avançado, de desenvolvimento. Então, ela nunca poderia ter sido demarcada como ZEIS pelas próprias diretrizes do PDE, que impede a demarcação de ZEIS em área de APP.

Por outro lado, ela se enquadra perfeitamente em ZEPAM, porque não tem construção nenhuma e ela tem uma função ambiental para o bairro, que é um bairro sem arborização; a densidade, ainda que não verticalizada, é muito alta, em poucos quintais. Então, essa área tem uma função de microclima, de fauna e principalmente de contenção da encosta.

Se não tivesse essa vegetação lá, os deslizamentos poderiam ser muito mais graves.

É basicamente isso. A gente está colocando essa questão mais uma vez, já que é o tema do dia, e eu queria aproveitar para ler aqui o artigo 69 de ZEPAM, que acho que vai ser bom para todos. “Como o PDE define ZEPAM? As ZEPAMs são porções do território, do município, destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que tem como principais atributos, remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade e existência de nascentes, entre outros que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais: a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática”. Ou seja, uma área fundamental nesse momento de aquecimento global.

Muito obrigado a todos da Mesa, a todos que participam desta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigado, Rodrigo.

Tem a palavra o Sr. Fábio Sanchez, do Fórum Verde Permanente.

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, só enquanto o Fábio se posiciona, eu queria – em nome do Rodrigo do MAVA, que é o Movimento Amigos da Vila Anglo – parabenizar todos os movimentos organizados. A Vila Anglo que me procurou – acho que há mais de um mês, não sei se o Rodrigo está me ouvindo ainda, mas há uns 40 dias – trazendo esse apontamento, outros também; como outros movimentos também o fizeram. E é muito importante para nós a proximidade com esses movimentos organizados.

Eu estava passando aqui para a Tamires, as duas ZEIS-2 que eles têm ali no meio do bairro, que é, na sua maioria ZPR, e tem uma zona mista ali na borda do bairro, mas eu acho muito importante nós revermos não a questão de ZEIS-2, mas a forma como foi equivocadamente colocada numa rua sem saída, no meio de uma praça. Então, revermos alguns pontos como esse. Por isso, é muito importante esse apontamento de movimentos como esse.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Assim que a gente gosta, assim que a gente gosta.

O SR. FÁBIO SANCHEZ – Parabéns, Relator.

Eu quero chamar a atenção nesta Lei de Zoneamento para que se evite outro equívoco referente à legislação vigente com relação às APPs - Áreas de Preservação Permanente.

O Brasil está vivendo um buraco negro nesse sentido, porque hoje temos o Código Florestal e a Lei 14.285/21, que são contraditórios. E a Lei 14.285 é motivo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal porque contraria frontalmente o Código Florestal para as zonas urbanas.

Então, estamos vivendo esse momento em que o Supremo está julgando essa legislação e a nossa Lei de Zoneamento está se pautando pela legislação vigente. Isso é perigosíssimo, porque a Lei 14.285, essa que está *sub judice*, foi criada para a regularização fundiária até aquele momento, em 2021.

Ao se pautar por isso, a Lei de Zoneamento determina que os municípios podem estabelecer as suas ABTs a qualquer momento; ela não estabelece uma data. Então, o ordenamento tem que dizer: Áreas de Preservação Permanente, é isso que diz a lei, com degradação consolidada. É o que ela diz, a lei de 2021. Mas a Lei de Zoneamento, falo da legislação vigente, não estabelece data.

É necessário que o Zoneamento diga: “Se isso vai ser estabelecido, é até hoje, ou até a semana passada, ou até um mês atrás”. Porque, senão, vai ficar liberada a festa do caqui, vai poder em qualquer área, qualquer ZEPAM que seja descaracterizada como ZEPAM, a qualquer momento, vai deixar de ser considerada ZEPAM porque a legislação vigente diz que, se estiver descaracterizada, ela deixa de ser. Então, é necessário evitar esse equívoco colocando esse marco, dizendo: “As descaracterizadas, até esse momento, ou até um período atrás”.

Outra questão é que a Lei de Zoneamento prevê a ampliação dos eixos e a gente sabe que essa ampliação dos eixos está chegando perto das praças e parques. Isso é importante, porque a gente está levando os eixos para esses lugares e corre o risco de ter uma

selva de cimento com os buracões em que você desce onde tem uma praça ou um parque, sem sol, sem vento. Então, é importante proteger o entorno das praças e parques, Vereador.

Nós protocolamos isso no seu gabinete, protocolamos aqui no processo, entregamos à assessoria da Vereadora Silvia, e eu queria aproveitar muito a presença da Secretaria do Verde e Meio Ambiente aqui para também entregar para ela essa proposta. Que as ZCOR e as ZMs, localizadas no entorno das ZEPAMs e APPs urbanas, previstas no Código Florestal, tenham uma prevenção no seu entorno de que sejam criadas as ZCOR-A, ou as ZM-A; ou, no caso das ZEUP, a ZEUP-A. Por quê? Para que o entorno desses lugares seja preservado.

Não basta ter o parque; tem que ter um parque que possa respirar, que possa ter sol, onde o lençol freático não seja agredido. Essas são algumas das propostas. Agradeço pela atenção a essas demandas, que são importantíssimas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Fábio.

Chamo agora, na forma virtual, o Sr. João Afif Acras. Está presente? Não? O próximo, Sr. Paulo Sousa Soares.

O SR. PAULO SOUSA SOARES – Boa noite.

Boa noite a todos, boa noite à Mesa, aos Vereadores presentes, aos Secretários, aos representantes.

Sou Conselheiro da UBS Parque do Largo, Conselheiro da UPA Vera Cruz, Conselheiro do Cades Meio Ambiente. Estou aqui para representar a nossa área de mananciais da represa Guarapiranga.

Existe um grande número de esgotos que estão sendo jogados na represa. Precisamos urgentemente tomar conhecimento disso, fazer um plano ou alguma obra que venha a tratar o esgoto que está sendo jogado. E por quê? Muitos afluentes passam por dentro dessas comunidades, nascentes, e está sendo despejado constantemente esgoto cru nessas nascentes, nesses afluentes que vêm pelo Rio Embu-Mirim, pelo Rio Embu-Guaçu, e caem no reservatório da represa Guarapiranga.

Então, há uma necessidade de extrema urgência que olhemos para a nossa represa Guarapiranga.

Eu nasci nessa região, fui criado aqui, nadava no rio M'Boi Mirim, pescava, e hoje não podemos fazer mais isso. Hoje, nós vemos um lençol de esgoto descendo pelo rio, que é preto, fedido e tem um cheiro insuportável. A estação elevatória é o que joga o esgoto para não sei quantos quilômetros daqui para ser tratado; e há necessidade de se fazer no nosso entorno uma estação de tratamento, para tratar esse esgoto e jogar água limpa, pura, na represa.

Todos que aqui estão hoje presentes dependem da represa Guarapiranga, a Grande São Paulo depende da represa Guarapiranga. E eu vejo um tremendo descaso com a represa. Ela está sendo contaminada dia a dia. Então, há uma necessidade muito grande de fazermos um plano diretor, um projeto, para melhorar a situação da represa, porque estamos acabando com o nosso maior patrimônio, o nosso maior bem do planeta, que é a água, o nosso ouro branco. Falamos muito de parque, praças, de munícipes, de cidades, mas tudo isso depende da água. Se não houver água, nada disso terá vida. E eu vejo, como munícipe, como conselheiro da saúde, como conselheiro do meio ambiente, o descaso com a represa Guarapiranga.

Srs. Vereadores presentes, secretários presentes, olhem com mais carinho para a nossa represa Guarapiranga. O sistema de coleta de esgoto é falho, são inúmeros litros de esgoto sendo despejados na represa Guarapiranga. Todos sabem disso, e ninguém tem uma proposta, ninguém tem um planejamento de melhoria para começar a tomar conta disso, para começar a cuidar desse problema. Quando vamos cuidar disso? Quando a represa estiver toda contaminada, quando não houver mais água e tivermos que pegar o resto?

Sabemos que estão vindo muitos apartamentos pela Sehab; temos um problema muito grande também, que é a duplicação da M'Boi Mirim. E, às vezes, vemos um descaso muito grande nos fundos. Foi falado que o progresso veio do centro para a periferia, mas a periferia em geral vem sofrendo porque é ela que alimenta o centro, alimenta a Grande São Paulo. Precisamos fazer política pública que haja pelo interesse da população carente do fundo também.

Essa é a minha fala. Obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. Francisco Bodião, do Fórum Verde Permanente.

O SR. FRANCISCO BODIÃO – Boa noite à Mesa, boa noite a todos que acompanham a audiência.

Eu acho que, antes de mais nada, agradecer ao Vereador Goulart, à Vereadora Sílvia, à Vereadora Dafne, à Vereadora Natalia, que está ali atrás, e outros Vereadores que têm acompanhado essa discussão de defesa e proteção do meio ambiente.

Vou complementar rapidinho o que o meu companheiro Fábio trouxe para a Mesa.

Nós protocolamos no seu gabinete, Vereador, junto com a Vereadora Sílvia, e entregamos para a Tamires também, um documento do Fórum Verde, num esforço muito parecido com o esforço de outros companheiros, companheiras, moradores e cidadãos que vêm, nesses últimos dias, trabalhando, para, com base nos mapas e nas propostas da Prefeitura, e mesmo com essa discussão que está sendo feita aqui, poder contribuir, principalmente naquilo que se refere à proteção do meio ambiente em São Paulo.

Estamos muito preocupados. Tivemos um período curto. E não vou ficar chovendo no molhado, mas queria que que o nosso esforço fosse valorizado. Outros coletivos também vão apresentar. E sabemos que vocês têm, sim, acolhido, conversado, se esforçado para dialogar conosco. Então, eu queria somente colocar nisso: o quanto não é simples nos debruçarmos sobre tudo isso, o quanto esse esforço é valoroso, precisa ser assimilado também pela Casa e pela Secretaria do Verde, que tem contribuído.

Muitos de nós dialogam com a Secretaria do Verde, com os técnicos da Secretaria do Verde. Eu sou do Fórum Verde, mas sou conselheiro de parque, sou conselheiro do Parque Chácara do Jockey. E a realidade do Parque Chácara do Jockey impõe também que tragamos algumas preocupações.

A proposta de realização de eventos e da garantia de empreendimentos comerciais de até 500 usuários no parque é muito grave, Vereador.

Eu posso falar da minha experiência no Parque Chácara do Jockey, das festas e grandes eventos que foram realizados no parque e das comunicações que fizemos à Secretaria do Verde, com animais mortos no dia seguinte, animais atropelados pelo excesso de gente, ruído no Pirajussara, na Francisco Morato. Fizemos denúncia ao Ministério Público sobre os eventos de alimentação com grande número de pessoas, o impacto que isso provoca. Enfim, temos estudos e temos técnicos que podem contribuir para essa discussão. E é muito importante que a Casa também reveja essa proposta e equalize isso dentro dos parques. O comércio é uma necessidade, o ingresso de alimentos dentro dos parques, mas temos exemplos e experiências que podem contribuir para uma realidade melhor.

Outra preocupação que temos é sobre os parques lineares.

Temos mais de 80 parques que estão sendo implantados ou estão em preparação nesse momento, e muitos deles estão passando por um processo de degradação muito grave. E a nossa preocupação é com o art. 375, determinado no Plano Diretor, que fala da determinação de ZEPAM apenas para os parques lineares criados, e não para aqueles que estão em implantação.

Então, queríamos chamar a atenção do Vereador, das Vereadoras, da Secretaria do Verde, para que uma alternativa fosse garantida, porque vamos perder muitas dessas áreas, o impacto nessas áreas vai ser muito grande, e isso vai ser algo muito grave, que podemos evitar nesse processo.

Quero dizer que estamos vivendo um momento histórico muito importante, não temos dúvida nenhuma, e, principalmente, pela urgência que a emergência climática tem imposto a nós todos. Acho que esta Casa pode, e, com certeza, vai, fazer uma contribuição valorosa para a discussão da preservação do meio ambiente na cidade.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra, para participar virtualmente, a Sra. Juliana Keiko, que é moradora.

A SRA. JULIANA KEIKO TSUGAWA – Boa noite a todos.

Obrigada pela oportunidade de estar aqui hoje.

Meu nome é Juliana Keiko Tsugawa, moro no Parque da Previdência há 15 anos, fui estudante de geologia – o Prof. Fabio Taioli foi o meu professor há 25 anos –, e, desde então, tenho trabalhado com meio ambiente, ou seja, desde 1998. Fiz mestrado e doutorado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em Geotecnia Ambiental. Então, o Prof. Maffei também foi o meu professor por lá.

Quero pontuar que o Parque da Previdência é um abrigo de grande diversidade, tanto na flora quanto na fauna, que são essenciais para se manter a condição ambiental da região como um todo. E seria seriamente prejudicado por qualquer rebaixamento do nível d'água necessário para a construção em área de várzea. Então, qualquer construção realizada em área de várzea, principalmente de prédios, seria prejudicial à fauna e à flora, conseqüentemente, pela necessidade de rebaixamento do nível da água local.

Então, em prol do meio ambiente e da vida humana, não somente dos moradores do Instituto Previdência, mas, sim, de São Paulo, e, provavelmente, do estado inteiro, porque o ecossistema e o meio ambiente são coisas interligadas – não podemos separar uma microrregião de uma macrorregião –, eu solicito que seja mantido o zoneamento dessa região, que seja mantido o zoneamento do Instituto Previdência; e que a solicitação da Amapar seja deferida.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra a Sra. Rosalia, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Sr. Presidente.

Enquanto a Rosalia prepara o samba que ela vai cantar hoje, quero cumprimentar o Fórum Verde.

Até brinquei com eles para ver se não dá para irmos acatando tudo e mudar o nome de Fórum Verde para Fórum Preto e Branco. Eles ficaram de avaliar, da mesma forma como nós estamos avaliando as demandas deles. E quanto à Secretaria, eu já tenho um projeto de lei para mudar também.

Mas, Presidente, apenas para mostrar a importância e a visão que nós, Vereadores, temos, junto à Secretaria do Verde, e o trabalho que foi desempenhado por esta Relatoria, a Câmara e a Secretaria do Verde já na revisão do Plano Diretor Estratégico.

A Secretaria do Verde se empenhou ao máximo para nos auxiliar nessa questão, da mesma forma como estão fazendo agora também durante a revisão do zoneamento.

Tenho um amigo de partido, amigo já há muito tempo, o jovem e novo Vereador Waldir Junior, cuja primeira visita a um equipamento público foi a um parque – o Parque da Aclimação. E já trouxe diversas demandas para a Secretaria. E é um parque sob total responsabilidade da Secretaria do Verde. É o quintal da Secretaria do Verde. Então, tem que cuidar bastante. E próximo, inclusive, do Jurubatuba Mirim, sobre o que a Rosalia, com certeza, vai falar.

Minha fala foi para fazer esse registro. E também cumprimentar o trabalho do meu amigo de partido, o Vereador Waldir Junior, que tem essa preocupação.

É por isso que ele fez questão não somente da preservação cultural, mas das áreas em ZEPAM, toda essa atenção que temos tido, e as demandas que ele já tem me apontado. Aliás, mal chegou e já está na minha orelha apontando as mudanças que nós temos que fazer no zoneamento.

Obrigado, Presidente. Desculpe, Rosalia, usar o seu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Você não usou o tempo dela. O tempo dela está garantido.

Vereador Waldir, bem-vindo à nossa audiência pública. E fique mesmo na orelha dele. Faça ele trabalhar.

O SR. RODRIGO GOULART – Para não ser somente você, não é, Silvia?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Para não ser somente eu.

O SR. WALDIR JUNIOR – Vereadora, obrigado.

Eu também queria agradecer rapidamente ao meu colega, o Vereador Rodrigo Goulart. E também deixar um depoimento.

A Secretaria do Verde, através da Tamires, prontamente atendeu as demandas; e nós vamos fazer uma vistoria *in loco* no Parque da Aclimação, na semana que vem, para vermos toda a zeladoria, uma melhoria no parque quanto às demandas que apresentamos.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra a nossa cantora Rosalia.

A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE – Oi. Boa noite.

Hoje, eu não vou cantar, não. Hoje, eu vejo que está um clima de luta.

Como se chama? MMA?

Verticalização, preservação, ZEIS, são muitos conflitos, e eu não sei se dá para conciliar. Vamos ter que fazer escolhas. E essas escolhas vão reverberar para nós, para os nossos filhos, para os nossos netos e assim vai.

Eu represento o Coletivo Jurubatuba Mirim, que acordou pelo grito de um riacho, que canta igual a uma cachoeira, que passa na nossa rua e que pede socorro.

Nós viemos e pedimos que a quadra por onde ele passa saísse de ZEU. E esse foi o erro: eu não falei o que nós pretendemos – zona predominantemente residencial, principalmente, no miolo, e talvez ZCOR na Rua do Paraíso, Rua Nilo. Aí, depois, eu não protocolei ainda; mas é mais ou menos isso. Mas fica nas Notas Taquigráficas.

O que eu gostaria de falar é que, nessa luta, nesse conflito, quando eu ouço que, em planície aluvial, dá para construir, que a engenharia constrói, sim, a engenharia constrói tudo, mas a custo de quê? Onde estavam os engenheiros de Moema, da Av. Gaivota, da Iraí, onde as garagens enchem de água? Onde estavam esses engenheiros? (Palmas) Você resolve o seu problema, você constrói o seu prédio, a sua Torre de Babel, muito forte, bem legal, mas e como ficam os outros?

E eu ainda tive que escutar que a minha casa, que está com problema de lençol freático, que se deslocou, e a escada agora já está se deslocando da parede, foi malfeita. Não foi. Quem construiu foi o Cury. Tá certo que faz tempo, mas não foi malfeita. Eu não quero escutar

isso.

E outra coisa: adensamento, “nós temos que adensar”. Adensar quanto? Para quem? Porque as áreas nobres estão sendo preponderantemente destinadas a quem pode pagar. Isso já está mais claro. Esse discurso está muito vazio, precisa encher ou melhorá-lo, porque ele não nos convence mais. As pessoas que precisam ir trabalhar onde tem maior número de empregos, não moram aqui e não têm ZEIS aqui, estão sendo jogadas, cada vez mais, para lá. E não é a cidade *smart*, cidade pequenininha, enxutinha, que vai receber essas pessoas, porque quase todo o espaço já foi tomado pelo médio e alto padrão. (Palmas) Então, nessa luta, vamos ter que escolher e ver o que queremos para a cidade e para nós.

Era isso, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. Fernando Civolani Fonterrada, morador.

O SR. FERNANDO CIVOLANI FONTERRADA – Boa noite.

Eu não tenho muita coisa para falar, na verdade.

Eu moro também no Parque da Previdência. Aqui, tem um pedacinho de natureza, onde vemos os macaquinhos andando pelas árvores. E apenas pedimos para que o nosso bairro continue do jeito que está, e que não tenha essa loucura de especulação imobiliária que eles estão querendo fazer.

Somente isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. Emerson Martins, da Amapar.

O SR. EMERSON MARTINS – Oi, pessoal. Tudo bem? Boa noite.

Vim somente para fortalecer mais uma vez o Parque da Previdência. Eu sou morador.

Eu não tenho muita prática; então, eu trouxe uma cola para me ajudar.

Eu quero reforçar o quão legal é o Parque da Previdência. Convido quem não conhece a ir visitá-lo. É um parque bem pequeno, que fica entre a Raposa e a Eliseu, com pica-pau amarelo, sagui. E nós estamos muito próximos da Vital Brasil, onde está subindo prédio

loucamente, e próximos de Pinheiros. E estou aqui para fortalecer.

Fizemos um abaixo-assinado que teve uma adesão bastante grande. Somos pouco mais de 400 casas; mais ou menos, dez quadras. Conseguimos 350 casas com 97% a favor não somente da manutenção da ZER, que é o bairro, como a favor da transformação das zonas lindeiras – a Raposo Tavares e esse trecho de duas ou três quadras da Eliseu de Almeida, que estão em contato com o Parque da Previdência, que é ZEPAM –, que devem passar de ZCOR-2 para ZCOR-1.

Vou ler, detalhar um pouco, o que eu falei.

“Por favor, não revisem os índices e parâmetros urbanísticos de ZCORs, de forma que sejam menos restritivos do que aqueles atualmente aplicados, para não prejudicar as ZERs e as ZPRs.

Não revisem os perímetros das Zonas Exclusivamente Residenciais e Zonas Predominantemente Residenciais. Somos apenas 3% da cidade, com alta densidade de solos permeáveis, densa arborização e inúmeros serviços ecossistêmicos.

Não incluam na área de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, existentes e futuros, todas as quadras localizadas em solos moles, nas margens do rio Pirajussara – ou seja, na Eliseu e na Avenida Pirajussara.

Não demarquem lotes de Zona Mista, Zona Corredor e Zona Especial de Interesse Social nos perímetros das Zonas Exclusivamente Residenciais, por serem zonas de preservação.

Classifiquem *dark kitchens*, para que não sejam permitidas nas ZERs e nem nas ZCORs. E alterem, portanto, nesses trechos, de ZCOR-2 para ZCOR-1 – da Eliseu de Almeida e da Hugo Carotine, que fazem margem com a Raposo e com a Eliseu, equipe estão em contato com o Parque da Previdência, com essa ZEPAM”.

Tá bom? É isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Agora eu chamo, no modo virtual, a Sra. Yasmin Fonterrada, que é moradora. Está

presente? (Pausa) Não? A Sra. Juliana Borges já falou também. O Sr. Sérgio Silvano Júnior.

O SR. SÉRGIO SILVANO JÚNIOR – Boa noite a todos.

Primeiramente, agradeço a oportunidade de falar da nossa região do Tremembé, porque a gente faz parte do setor 222 e 223. Éramos, no zoneamento anterior, zona de lazer e turismo. E, com a entrada do novo Plano Diretor, a gente passou para ZPDES e manteve a área, que é de 60 % da nossa área de ZEPAM, que é de preservação da Serra da Cantareira.

Então, a gente protocolou hoje, lá no gabinete do Vereador Goulart, o pedido para que fosse mantido, ou seja, que voltasse a ser uma zona que hoje é considerada como área de clubes; que a gente passasse de ZPDES para a área de clubes, para a gente poder preservar a área que vem desde a década de 70, que a gente sempre manteve essa preservação, que é muito importante, como vários colegas apresentaram. A gente tem um laudo ambiental, que a gente preserva a nossa área.

Então, a gente gostaria de ter mais oportunidade de desenvolver para as futuras gerações o lazer e o turismo que a gente mantém na nossa área, através de alguns chalés, que a gente fosse ouvido, para a gente manter a mudança para a área de clubes.

Muito obrigado pela oportunidade. Boa noite a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada. Boa noite.

Então, agora a gente encerrou a parte dos inscritos online, agora são só os inscritos presenciais. O próximo é o senhor Ernesto Maeda, do Amigos da Mata Esmeralda e Rede Ambiental Butantã.

O SR. ERNESTO MAEDA – Boa noite, Sras. e Srs. Vereadores; Secretários; todos os presentes e que estão acompanhando pela internet.

Eu vou procurar ser breve. Acho que eu fui precedido por falas bastante poderosas, importantes.

A primeira coisa, bem, eu sou do Amigos da Mata Esmeralda, sou da Rede Ambiental Butantã, sou professor, sociólogo, sou do Conselho Participativo Municipal do Butantã. A primeira coisa é a seguinte, nós protocolamos, agora, fisicamente, e depois vou deixar, para falar

com mais propriedade, a Fabiola, a Suzana, sobre um estudo, um trabalho que foi feito, sobre a questão da revisão da Lei de Zoneamento, os impactos e algumas proposições que nós estamos apresentando a partir dessa revisão.

Mas, primeiro, eu queria frisar e até vou trazer alguns elementos para ilustrar um pouco, essa questão da preocupação como processo de discussão de como está acontecendo.

O prazo é extremamente curto. Ali, nós fizemos um trabalho, que nós somos cidadãos, estamos aprendendo, fazendo, participando e tivemos dificuldade, porque nós tivemos de lidar, primeiro, para entender os tipos de zoneamentos, buscar, daí nós vamos no mapa, aí busca o mapa, onde cruzar os mapas.

Para a gente poder tentar intervir nesse processo, não é possível; se a gente pensar em termos de população, como é que a sociedade vai participar de uma forma minimamente efetiva, responsável, é preciso tempo.

Então, a primeira coisa que eu gostaria de frisar é que, infelizmente, da forma como está acontecendo, a população, de forma geral, não está tendo possibilidade de participar de forma efetiva desse debate.

E a importância de todo esse debate é que afeta a vida de todos nós. Nós estamos passando por um período que agora, nos últimos dias, essa onda de calor vai ser cada vez mais comum, vai ser cada vez pior, e aí vem essa coisa toda de, por exemplo, uma das brigas nossa é o problema de canalização de córregos.

A cidade de São Paulo é impermeável, não adianta só jardins verticais e outras formas, a cidade tem que ser permeável, precisa ter jardins, precisa ter praças, precisa ter parques. (Palmas)

Entende? Não adianta, porque a canalização vai tornar a cidade mais impermeável ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. ERNESTO MAEDA – Então, concluindo, gostaria de convidar, nós, amigos da Mata Esmeralda, no domingo, vamos estar realizando o segundo passeio, uma caminhada, os

amigos da Mata Esmeralda, pela criação do parque na Mata Esmeralda.

Gostaria de fazer o convite a todos vocês, para que vocês possam estar, domingo, às dez horas, nós vamos fazer, justamente, Sr. Vereador Rodrigo, o Parque Mata Esmeralda, está lá no PDA como proposta. É preciso consolidar, é preciso sair porque o processo de loteamento continua, e é esse o medo que nós temos lá. Então, fica o convite para o senhor, para todos os Vereadores e todos os movimentos que veem prestigiar, para a gente possa garantir o Parque Mata Esmeralda de uma forma efetiva.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Ernesto.

O SR. ERNESTO MAEDA – Só um segundinho.

O Parque Mata Esmeralda fica no distrito Raposo Tavares, fica na Rosa Maria, para quem não conhece, nós só marcamos um ponto de encontro, a Diogo Gomes Carneiro, nº. 500.

Está certo? Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Está certo. Obrigada pelo convite.

Agora, eu chamo Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga, três minutos.

Eu já vou falar no próximo, para a pessoa já ficando mais ou menos, para a gente ir ganhando tempo. Então, depois do Sr. Arlindo, a Suzana Saldanha, da Rede Ambiental Butantã.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa noite a todos.

Sou Arlindo Amaro, da região do Ipiranga.

Eu acho que a gente está confundindo um pouco com crescimento e desenvolvimento. A cidade está sendo verticalizada e estão se esquecendo da questão de saneamento, defesa do meio ambiente. Na cidade, nós temos cinco sistemas que fazem o abastecimento de água na cidade. E todos eles têm ocupações, Guarapiranga, Billings, aqui na Cantareira e outras.

O que se precisa ver: nessas verticalizações, precisa se pensar no saneamento básico. Porque somente verticalizar e jogar o esgoto nos rios, 5 mil quilômetros de rios que têm

na cidade de São Paulo, totalmente poluídos. E aqueles que estão tampados.

Você fala em criar parques. É preciso criar parques. Tivemos, recentemente, um Prefeito que ficou dois anos que falou que ia fazer quatro. Fez promessas de fazer 110 parques, não fez nenhum. E não foi comprometido com ninguém. Como se diz: “fazer promessa pode, o que não precisa é cumprir”. Porque se eu mentir, eu vou ser punido. Então, o Poder Executivo tem que ser um pouco mais transparente, um pouco mais verdadeiro com a sociedade. A gente não está pedindo gentileza, pelo amor de Deus. A gente não precisa disso, nós temos que fazer cumprir a lei.

Você tem uma cidade que tem os problemas de mananciais bravos; o pessoal invade essas áreas de mananciais, fazem as suas casas, derrubam as árvores, e a consequência vem, a natureza cobra. Nós estamos vendo aí.

Por outro lado, a defesa do patrimônio. Nós temos o Theatro Municipal, abandonado. Está tudo quebrado. No Parque da Independência, fizeram uma reforma recentemente e gastaram 10 milhões. E o prédio principal, que é o Monumento Histórico da Independência, já está em degradação. Um serviço mal feito e caríssimo.

Então, você precisa cuidar dos rios, cuidar da cidade, cuidar da saúde, educação, para que se faça verticalização.

Nós temos quatro secretarias, que seriam: Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal de áreas verdes. Fica uma pergunta: quem chegou primeiro o poste ou as árvores? (Palmas) Porque a gente precisa da árvore, sim, mas se pega o camarada, o próprio engenheiro, vai lá e fala para o cara: “olha, você planta uma árvore a cada dez metros, a cada 20 metros”. Se o poste estiver ali, o cara empurra o poste para lá e planta a árvore. E as consequências virão depois. Nós tivemos um monte de situações em que a cidade está parada. Precisa conhecer para entender, para fazer o planejamento da cidade. Planejamento não se faz numa folha de papel, pelo amor de Deus.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Arlindo.

A próxima é a Suzana Saldanha, da Rede Ambiental Butantã, e prepare-se Débora Machado, da Usina Eco-Cultural.

A SRA. SUZANA SALDANHA – Boa noite.

- Discurso proferido em língua indígena.

A SRA. SUZANA SALDANHA – Essa era a frase que eu falava em uma dramaturgia indígena escolar aos 12 anos. Eu, o nativo, logo após, caía morto. Aqui tinham rios que corriam, transbordavam, seus leitões dançavam e, na vazante, o peixe seco era comida abundante. Eles, os rios, eram lindeiros as árvores, as pacas, cutias, tatus, onças, ocas e roças plantadas na terra.

Terra de Piratiningua, a língua tupi-guarani. Há pouco mais de 200 anos se falava aqui tupi-guarani. Povo de Piratininga, povo do peixe seco. Morreu o indígena, foi-se a língua, caiu a árvore, morreu o peixe. Hoje, o rio é lindeiro a ZCOR; ZM, ZER, ZEC. Por isso, pedimos ZCOR-A Ambiental, ZMA Ambiental, ZEIS-A Ambiental, sem ZEU e sem ZEUP, em torno de APP e ZEPAM.

Deixe o rio vivo; deixe a árvore voltar a APP; deixe a APP virar ZEPAM; deixe o Parque Linear encontrar o Parque ZEPAM; deixe o parque fluir, parque linear para a Mata Atlântica; deixe o bicho andar pelos corredores ecológicos, parques lineares; deixe o olho humano encontrar o olho da paca, do tatu, do sagui na árvore que cresceu; deixe urbano junto à floresta. Deixa, deixa, deixa, deixa, que é uma festa. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Suzana.

A fala da Suzana, só queria dar um informe para vocês que, no último sábado, pela manhã, nós realizamos uma audiência pública na aldeia indígena do Povo Guarani, no Jaraguá.

Não sei se alguém conseguiu acompanhar via *on-line*, mas foi uma audiência muito importante, em que ela foi realizada no território guarani, exatamente para dar voz a essa população indígena. E eles têm duas demandas importantes, que eu já passei para o relator, estou passando agora, também, para a chefe de gabinete da Secretaria do Verde, que é transformar uma área de ZEIS, que hoje é propriedade da Tenda, e que está cercada por uma área de ZEPAM em ZEPAM. Eles têm essa demanda.

Não sei se vocês sabem, mas há algum tempo teve uma grande briga com a Tenda que, inclusive, desmatou o local, que quer construir um empreendimento imobiliário lá.

Nós não somos contra empreendimentos imobiliários. Nós somos contra empreendimentos imobiliários em áreas que têm que estar preservadas, porque é uma área no entorno da terra indígena, é uma área em volta de ZEPAM, não faz sentido ter um empreendimento imobiliário naquele local.

Eles estão com essa demanda de transformar esse lugar em ZEPAM e uma outra parte da terra indígena que não está demarcada como ZEPAM. Então, toda a terra indígena, inclusive, nós estivemos, recentemente, na Secretaria do Verde, e o Secretário nos disse que toda a terra indígena é considerada terra preservada, mas tem um pedaço lá em cima que está fora da demarcação como ZEPAM.

Então, essas duas demandas da população indígena Guarani do Jaraguá, que a gente está trazendo, a gente fez audiência lá, está trazendo agora aqui, já tinha falado com o relator, e está falando agora com a responsável, representante da Secretaria do Verde.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Presidente.

Só para lembrar que a gente sabe da importância desse empreendimento específico. Estamos avaliando essa questão de ZEPAM, não só desse empreendimento, mas de outras áreas também, áreas indígenas, inclusive.

Parabéns pela realização dessa audiência pública, acompanhei de forma virtual, recebi da assessoria também um relatório dessa reunião.

Apesar de nós estarmos avaliando essa possibilidade, a gente tem que lembrar que há um processo administrativo, também, se não me engano, um processo judicial. Então, além da nossa vontade de determinar que ali que seja uma ZEPAM, mas há essa questão do direito de protocolo.

Então, a avaliação que está sendo feita em conjunto. Mas só para deixar claro que nós temos a consciência dessa importância, mas que houve uma alteração desse zoneamento lá em 2016, então, não é uma questão de agora, ou da revisão do Plano Diretor, ou do

zoneamento que irá resolver definitivamente essa questão. Só para deixar claro como foi abordado o assunto, para a gente deixar claro aqui para todos que nos assistem, que estão aqui presentes também.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Relator.

É a Débora Machado, e, depois, prepara-se, Denise Delfim.

A Débora Machado é da Usina Eco-Cultural, e, depois, já se prepara a Denise Delfim, que é da Associação de Moradores da Vila Mariana.

A SRA. DÉBORA MACHADO – Olá, boa noite.

Eu sou Débora Machado, sou arquiteta urbanista, também sou do Conselho do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Cultura de Paz do Ipiranga.

Estou aqui hoje junto com o Léo, que é biólogo, representando o movimento da Usina Eco-Cultural, que tem como proposta transformar um edifício abandonado, que era um antigo incinerador de lixo, que queimou lixo por 40 anos e trouxe muito sofrimento para a comunidade.

Esse espaço ficou mais 20 anos abandonado, sem nenhuma proposta, não existe uma proposta para esse território, e, desde 2019, a população vem debatendo para transformar esse espaço num espaço preservado, um espaço de memória.

Então, hoje, a comunidade segue organizada e propõe que ali seja transformado no Museu do Meio Ambiente. E, por isso, nós trouxemos a demanda e entendemos que ali deve ser uma área de ZEPEC, justamente, para que transforme esse espaço num espaço de cultura, de patrimônio, de memória e que seja um espaço de convívio da comunidade.

Destaco, também, que o Ipiranga é um bairro que está sofrendo muito com a especulação, verticalizando demais, e que esse projeto justamente traz um equilíbrio, para que ali seja um espaço da comunidade, para que a comunidade possa construir conjuntamente e trazer a educação ambiental.

Então, é uma demanda crescente. A gente entende que a pauta ambiental é fundamental e que, por isso, faz sentido esse espaço ser transformado, que não seja nunca mais um incinerador de lixo. A gente não quer que nunca mais tenha incineradores de lixo na cidade

e que a gente tenha políticas diferentes de educação ligadas ao resíduo. (Palmas)

Do lado de onde era o incinerador, tem um transbordo, que é um equipamento que faz a coleta do lixo doméstico, que tem políticas de educação ambiental, e a gente entende que o Museu do Meio Ambiente vem ao encontro com essa proposta do transbordo de fazer uma educação ambiental para que a gente tenha política de redução de resíduos na cidade.

É muito importante que a gente consiga incluir e que esse projeto tenha um apelo, para que todo mundo entenda o ganho não só para o território do Ipiranga, mas para toda a cidade. E, por isso, eu peço que seja considerado esse projeto tão importante para o nosso território.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Débora.

Agora, é a Denise Delfim, da Associação de Moradores da Vila Mariana, e se prepara a Luciana Cury, da Praça da Nascente.

A SRA. DENISE DELFIM – Boa noite a todos.

Quando se fala em construir, construir, adensar, adensar, adensar, a gente escuta muito isso, mas as construtoras estão preocupadas, e o próprio Plano Diretor, do asfalto para cima. Ninguém pensa o que está embaixo da terra. E os impactos que a gente está sentindo é justamente por causa disso.

A Vila Mariana e Pinheiros foram os bairros que mais tiveram demolição de casa. Nós já estamos sentindo esse impacto, porque a Vila Mariana tem muita água, muito córrego, inclusive, passa pela Vila Mariana as águas que alimentam o Parque Ibirapuera, que antigamente era um piscinão natural. Imagina, era um piscinão natural, no fundo de vale. Imagina agora, totalmente impermeabilizado, mexendo no lençol freático de uma forma que está rachando casa, solapando rua. E o que nós estamos pedindo? A gente fez uma reunião, inclusive, com o Vereador Goulart.

A Microbacia do Sapateiro fica justamente ali na estação da Vila Mariana. E nos 200 metros é onde a gente tem as nascentes do Sapateiro, um córrego que foi despoluído, gastaram

20 milhões para despoluir esse córrego e agora ele está sendo estragado por conta de construções em lugar onde não deveria ser.

Agora, nós temos uma lei que protege os eixos, podemos conversar, porque nós embargamos obra e a juíza falava assim: “Não, está dentro da lei”. Então a nossa grande preocupação é preservar alguns pontos da Vila Mariana, porque a gente sabe que não pode engessar a cidade. E é ali, no córrego do Sapateiro – eu tenho o mapa, vou deixar direitinho –, no fundo de vale, que é ali na Amâncio de Carvalho, Tangará, que nós estamos recebendo um impacto tremendo. E eu sou conselheira participativa também, a gente conseguiu, inclusive, uma verba da Prefeitura para valorizar a rua do rio. E, de repente, a gente olha, demoliram todas as casas para construir um prédio de oito andares.

Então, a gente também está pedindo uma ZEPAM para esse lugar, que é um brejo, faz parte do Parque Ibirapuera aquilo, está no fundo dos terrenos do Instituto de Engenharia, do Instituto Biológico e do Dante Pazzanese. Um horror. E lá na Maurício Klabin também, que é um anfiteatro, como o córrego do Sapateiro; ali no Sud Mennucci, na Capitão Cavalcanti, está tudo aqui direitinho.

Mas eu vou falar uma coisa para vocês, importante. Você não pode construir na rua do rio, mas você pode construir na rua do lado do rio. Então eles licenciam o prédio, por exemplo, na Maestro Cállia passa um rio, a Rua Pelotas, eles licenciam...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. DENISE DELFIM – Está certo.

Eles constroem até a rua do rio. Eles licenciam a Pelotas, não pode construir na Maestro Cállia, mas eles vão fazendo até chegar à rua do rio. Isso é um impacto tremendo. E eu estou falando isso porque existe um alagamento e vão construir agora mais um prédio de oito andares ali.

Então é isso. Eu vou passar, é mais simples, o que a gente fez para você.

É isso. Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Denise.

Agora, com a palavra, Luciana Cury, da Praça da Nascente e se prepara Francisco Eduardo Brito, que é da Associação dos Moradores da Vila Mariana.

A SRA. LUCIANA CURY – Olá. Boa noite a todos: pessoal que está *on-line*, pessoal que está aqui presente, Vereador Rodrigo, agora não mais virtualmente, mas presencialmente; Bancada. Estava vendo o pessoal da Cris aqui, não sei se ainda está.

Eu sou da Praça da Nascente, uma praça localizada na Avenida Pompeia – localizada, mas escondida na Avenida Pompeia. E a nossa demanda é para que um terreno que se encontra vizinho da praça, e onde hoje está previsto um prédio de 22 andares e quatro subsolos, seja transformado em área de ZEPAM. A gente encaminhou aos diversos mandatos um dossiê com a situação geográfica, geológica, enfim, descrevendo a situação do terreno. A gente tem uma ação civil pública no Ministério Público, desde 2016; tem um abaixo-assinado com grande adesão para que aquele terreno seja mantido sem construção.

E eu estou muito feliz de escutar tudo o que eu estou escutando aqui hoje, porque pela primeira vez eu estou vendo uma Câmara supercomprometida com o assunto e entendendo que não é uma questão de tecnologia de engenharia. É uma questão de a gente sobreviver em uma cidade que já está do jeito que está pelas decisões que a gente tomou até aqui. Então, acho que está na hora, e vocês estão entendendo isso, de a gente começar a pensar de outra maneira, de considerar as águas, como disse o Armênio, da SMUL, na fala dele.

A gente esteve também na Secretaria do Verde, inclusive com a Silvia e a Dafne; conversamos com o Ravena. Então, eu consigo ter esperança de que vai ter alteração e que a gente vai começar a enxergar como população, mais geralmente, e, como Poder Público, que esta cidade precisa ser pensada de outra maneira, porque a gente está aqui e nós somos poucos e pulverizados pela cidade. Todo mundo que está aqui tem o mesmo pensamento, essa ideia de que a gente precisa mudar o jeito de pensar, olhar e construir a nossa cidade. Mas quando vem do Poder Público uma decisão ou uma fala que corrobora com a nossa, de quem está no território, a gente consegue exponenciar isso e, de fato, fazer uma diferença.

Então, eu estou aqui com muito mais esperança do que quando eu fui conversar com

vocês, com o Secretário Ravena; com muito mais esperança do que quando a gente começou a frequentar a Câmara para falar com os Vereadores, que foi em agosto.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua.

A SRA. LUCIANA CURY – E isso me dá muita alegria.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Luciana.

Agora, Francisco Eduardo Brito, da Associação dos Moradores da Vila Mariana, e se prepara o Henrique Schafer, do Comitê da Nascente.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BRITO – Boa noite, gente.

Tantas coisas lindas ditas aqui, algumas nem tanto, mas quando alguém recentemente falou da Construtora Tenda, eu falei: “não, eu preciso dar uma vomitada”, porque eu ouvi a palavra Tenda, Construtora Tenda. Dá vontade de vomitar.

Assim, gente, não se pode perder a perspectiva histórica que nos trouxe aqui, ao longo de quase 470 anos, essa situação evidente em que nos encontramos, que é uma situação limite. Esse limite esgotou os parâmetros que permitem existir alguma qualidade de vida nesta cidade. Assim, vamos ser lúcidos, a qualidade de vida está se esgotando, está se extinguindo na cidade. Há um esgotamento da cidade como ambiente de convivência e até de sobrevivência, nós estamos na iminência de uma catástrofe ambiental nesta cidade. Ou seja, como disse a nossa amiga Rosalia, está colocado um conflito, tem pessoas e instituições com visões egoístas, querendo construir cada vez mais, e tem pessoas e instituições que estão aqui querendo salvar a cidade, porque é disso que se trata, gente, é de salvar a cidade e nós. Não é nem tanto a cidade quanto nós, nossos pais, nossos filhos.

Dessa forma, contribuindo para essa tentativa de salvar a cidade, tentativa de deter essa inércia destrutiva, a Associação Vila Mariana traz três sugestões de ZEPAM para a região da Vila Mariana, no documento que a Denise entregou para o Relator. Essa é a contribuição que a gente pode fazer, singela, mas esperando que elas sejam avaliadas e acolhidas, assim como todas as outras propostas trazidas aqui por esses cidadãos e cidadãs conscientes e alarmados

que querem salvar São Paulo com suas contribuições. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Francisco.

O próximo é o Henrique Schafer, do Comitê da Nascente, e prepare-se, Maurício Ramos.

O SR. HENRIQUE SCHAFER – Boa noite.

Eu já ouvi dizer que nós somos muito românticos. Agora, eu acho que romantismo é acreditar que construir prédio vai sequestrar carbono. (Palmas)

Eu não vou falar mais, porque eu acho que já falaram bastante, falaram tudo, mas eu gostaria de citar o Fábio, do Fórum Verde, quando ele, ou melhor, a Rosalia, primeiro, quando ela fala dessa visão romântica de alguns urbanistas que acreditam que a gente tem que construir no Centro para que as pessoas da borda venham. Não, a borda vai continuar sendo borda, se aglomerando, e o Centro vai continuar sendo um espaço para especulação. Então não é romantismo, cada um de nós aqui, muitos de nós, dedica muito tempo para cuidar, não de si, mas para cuidar da cidade, é isso que a gente está fazendo. E aí sim, como o Fábio, do Fórum Verde, falou, não dá para pensar a praça sem pensar as suas bordas.

Então, a reivindicação da Praça da Nascente é uma reivindicação parecida com muitas que a gente conhece, que é a de que a preservação seja pensada. A gente está tendo que provar que há uma nascente lá. É só ir lá e ver. Mas eles ficam insistindo em dar nome de afloramento de água. A nascente é um afloramento de água. Agora, não é só água, a gente tem, desde que o lago existe na Praça da Nascente, que começou há 10 anos, com o coletivo Ocupe & Abrace, com o Adriano Sampaio, o Maurício, nós já contabilizamos 30 espécies de aves. Tem todo um ecossistema lá que precisa de sol; tem uma vegetação que precisa de sol, as pessoas precisam de sol, e a construção de um prédio, praticamente dentro da praça, vai roubar toda essa vida.

Então, a gente é pela ampliação da Praça da Nascente. A gente é por todas as demandas ambientais e uma cidade ideal já teria cadastradas todas as suas áreas de proteção ambiental e cultural, e não precisaríamos estar aqui brigando tanto.

Muito obrigado, Goulart. Muito obrigado por nos ter recebido. Obrigado à Bancada.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Henrique.

O próximo é o Maurício Ramos e, em seguida, se prepara, José Jacinto.

O SR. MAURÍCIO RAMOS – Boa noite a todos. Boa noite, Silvia, Rodrigo, Dafne, Tamires e Natália, querida também, que é da Bancada Feminista.

Pessoal, eu sou desse movimento: Aqui Tem uma Nascente. (Palmas) É importante marcar os cursos d'água para saber que as pessoas existem, porque o Poder Público se esqueceu que elas existem. Eles deram licenciamento para a construção em área de contribuição, área que é hoje de recarga, que são esses eixos de estruturação urbana, que estão nas partes mais altas da cidade, no pico, na área mais alta, onde nunca deveria ter sido eleito como eixo de estruturação urbana.

Em primeiro lugar, é a gente reconhecer que elas existem, porque não estão no GeoSampa. As nascentes que estão na minha região não estão no GeoSampa. Elas afloram na calçada, elas afloram no muro das pessoas, elas passam embaixo desses prédios, desses monstros que esses caras constroem. A gente precisa lembrar que elas existem e parar de buscar água a 50 quilômetros da cidade, e a gente perde 30% dessa água que é bombeada, que custa uma grana para trazê-la de lá.

Então, é muito simples hoje, é a gente olhar para esses cursos d'água, para esse recurso que a gente tem. Eu não gosto de chamar de recurso, gosto de chamar de vida. Água é vida. Água não tem preço, água tem valor. Água não tem preço, a água tem valor, as pessoas têm que entender o valor que a água tem. É água urbana. São Paulo também é uma cidade que não tem nenhum programa para reciclagem de água. Nenhum. A gente não usa essa água que passa nos nossos pés, a gente tem que buscar água a 40 quilômetros. Alguém consegue entender a lógica disso?

Primeiro, a gente poluiu tudo, né? Depois, você vê um engenheiro, de sei lá quantos anos, falar que a gente pode construir em cima de área de planície aluvial, e o cara elegeu o eixo

de estruturação urbana nas áreas de pico da cidade. Isso está errado, gente. Está errado. Então, nós temos que mudar nossa lógica. Ou seja, o senhor, da Abrainc, pode construir o prédio em outro lugar? Pode. Você pode mudar o rio de lugar? Não pode. Então, construa em outro lugar. (Palmas) Tem que construir em outro lugar. Não adianta a gente ficar martelando.

A gente vai ter problema de crise climática aqui, gente. Não é possível. Vocês não estão vendo o mar invadindo as cidades? Vocês não estão vendo o Nordeste secar? Vocês não estão vendo o Sul com enchente? Mudou tudo. Se a gente não mudar agora, vai mudar quando? Em que ano a gente vai mudar isso?

Então, nós temos que mudar isso aí, é urgente. Ninguém pode pensar que a gente vai começar a lidar com essa mudança climática daqui a 30 anos. É urgente. Em 2030, não. É em 2023. Tem que começar agora. Se não começar agora, não vai reverter isso. (Palmas)

Vocês me desculpem, mas eu me irrito em ouvir um engenheiro de infraestrutura cinza defender essa estrutura que acabou com a cidade...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. MAURÍCIO RAMOS – ...que permeabilizou tudo, que retificaram os rios, que enterraram os rios, e agora ainda a gente escuta do sujeito que ele pode construir em planície aluvial. Desculpa, gente. Eu não sou engenheiro, mas isso não faz o menor sentido.

Então, se a gente não mudar e não construir nossa cidade de maneira mais inteligente, nós vamos sofrer as consequências e os danos serão irreversíveis, como foi falado.

Boa noite, obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Maurício.

Agora, José Jacinto e prepare-se Beatriz Torres, do movimento Antes que a Vila Acabe.

O SR. JOSÉ JACINTO – Boa noite a todos.

Agradeço pelo exercício da cidadania que todos estamos aqui fazendo e pela responsabilidade que cada um de nós tem em relação a muitas coisas.

Eu sou conselheiro gestor do Parque Previdência, já fui por várias vezes e, assim

como o Rodrigo, eu também sou um corintiano que não gosta muito do verde, mas do verde e das árvores eu gosto, eu prezo bastante.

Agora, eu posso estar equivocado, mas eu me lembro que, quando eu era criança, eu aprendi que quem sequestrava carbono eram as árvores. Não sei, pode ser que eu esteja enganado, que não sejam mais as árvores, que agora sejam os prédios. Mas tudo bem, vamos levar em conta.

O nosso pleito é a respeito de duas áreas lindeiras ao Parque Previdência, que é uma ZEPAM. Um dos terrenos é uma mata remanescente. O segundo terreno, hoje, não é mais uma mata remanescente, porque ele já foi muito alterado. Ele contribuiu, sim, também, porque ele suprimiu algumas árvores. E outra coisa que a gente leva em conta: eles foram multados, a Secretaria do Verde embargou a obra, ela está embargada por um tempo. Só que eu questiono: as 40 árvores que eles retiraram, que eles suprimiram, foram só 40?

Quinze dias atrás a gente teve uma ventania de 15 minutos. Só lá no bairro, dentro do nosso parque, foram mais de 12 árvores nesse dia. No nosso bairro caíram mais seis árvores. E eu sei que na cidade de São Paulo caíram outras árvores. Então, assim, uma coisa leva a outra. Quem suprime, mesmo com um TAC, mesmo replantando, isso demora muito tempo. A gente perde, a gente tem perdido isso.

Então, quando a gente fala em proteger nosso entorno, o Parque é uma ZEPAM, ele precisa estar preservado em volta, ele precisa tomar muitos cuidados porque, gente, os animais não podem vir aqui pleitear alguma coisa, as árvores, a flora não podem vir aqui. E cabe a nós, cidadãos, representá-los, ter um pouco de sensibilidade, porque nós estamos terminando com tudo. Se a gente não conseguir segurar, daqui a pouco nós só vamos contar histórias, nada mais do que histórias.

Agradeço a todos. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, José Jacinto.

Beatriz Torres, do Movimento Antes que a Vila Acabe. E se prepara a Ângela Martins,

do Cades Butantã.

A SRA. BEATRIZ TORRES – Boa noite, senhoras e senhores. Boa noite a todos. Sou Beatriz Torres, da Vila Madalena, Pinheiros, Movimento Antes que a Vila Acabe.

Bom, é uma coisa inédita, realmente, esta audiência falando de meio ambiente. Parabéns aos idealizadores. Espero que tenham resultado, todos que vieram aqui com seus pleitos superjustos para a cidade.

Eu gostaria de dizer, senhores Vereadores, vamos verear, vamos passear pelas veredas da Vila Madalena. A Vila Madalena, a ZEU, foi falado na última audiência, a ZEU fica na parte alta da Vila Madalena, perto do espigão da Heitor Penteado. Ali na parte alta foram derrubadas muitas casas, construídos muitos prédios de alto padrão, com quatro, cinco vagas de garagem, duas, três, quatro, só alto padrão.

Ali em cima, ela faz uma retenção de água, a parte alta. Então, o que acontece na Vila Madalena? Todas as travessas que descem para a parte baixa da Vila, Jericó, Harmonia, Girassol, Fidalga, essas ruas, a chuva cai e vai ali por elas, por um lado. Aí ela se encontra com a outra parte que nasce o Rio Verde, a Rua Abegoaria, Medeiros de Albuquerque. Lá embaixo forma um liquidificador, que chamam. Esse liquidificador ele vai desembocar ali no Beco do Batman, e a água da enchente parece um rio de dois metros e tanto, que arrasta carros, é uma coisa assim. Então, se impermeabilizar demais a parte de cima, vai dar problemas embaixo, na parte baixa.

Então nós pleiteamos, na Vila Madalena, ZPR na parte de encostas, onde foi excluída a ZEU, e Zona Mista perto do metrô, porque já foram muitas construções, lá a infraestrutura está saturada e o trânsito está saturado. Nós estamos entregando nossas cartas e também gostaríamos de conversar com o Sr. Rodrigo e outros Vereadores também.

Então eu queria pedir ali na parte, eu explicando toda a situação da Vila Madalena, que é um bairro pequeno, muito querido e muito visitado. O Beco do Batman acusa a área de alagamento e, quando começa a chuva forte, é muito rápido, começa a arrastar os carros e lá no Beco do Batman a água sobe muito. Então eu queria pedir que os senhores vereassem pelas

veredas e pensassem qual zoneamento deve ficar ali, se é ZEPAM, se é ZEPEC, porque também é um ponto de alta visitação. Então eu também queria pedir, pelo Beco do Batman, um olhar especial.

Eu agradeço e nos ouçam, por favor. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Beatriz.

Chama, então, a Ângela Martins, do Cades Butantã e da Mata Esmeralda. Em seguida, já se prepara a Fabíola Lago, da Rede Ambiental Butantã.

A SRA. ÂNGELA MARTINS – Boa noite.

Será que eu tiro a máscara? Está dando para ouvir direitinho? Então vai de máscara mesmo.

Quería parabenizar essa iniciativa, a discussão, mas também frisar uma coisa que o Ernesto falou, que a gente está em poucas pessoas, porque há muito mais movimentos ambientalistas na cidade. Então eu acho que essa discussão deveria ser bastante ampliada, inclusive descentralizada. Eu sinto falta disso. Eu acho que só pode melhorar quando a gente amplia a discussão.

Eu vou frisar as coisas que algumas pessoas falaram e eu acho que é fundamental frisar. Não tem como falar que a engenharia vai fazer tudo. O que é que nós vamos fazer? Vamos fazer um guarda-chuva enorme para que os raios de sol não entrem na Terra? É isso que nós vamos fazer? Essa é a solução da engenharia? Porque não dá mais para segurar, está explodindo, o clima não dá para segurar, em meio ambiente...

Desculpe, eu não falei: eu sou bióloga, sou professora universitária aposentada, da área de ciências ambientais mesmo.

Então a gente sabe, todos sabem que as questões ambientais convergem, é uma complexidade. Por exemplo, mais de 800 árvores caíram nessa chuvarada, na maior chuva que a gente teve aí, 820. O que nós vamos sair fazendo? Vamos plantar? Tem 820 pés de árvores aí já plantadas, mudas plantadas? Ou a gente vai ficar falando que vai plantar, vai plantar, e não vai cuidar do que tem?

Porque é isso, é a questão dos prédios. Então existe, no PDE, um incentivo para mudar esses parâmetros e, como a Laurita falou também, não podemos permitir que mudem esses parâmetros. Gente, falar que prédio absorve gás carbônico, sinto muito. Todo mundo aqui já criticou. Mas é engraçado que é o argumento que chama a atenção. É como se quem tem que trabalhar realmente fosse morar no estúdio, pelo preço do metro quadrado dos estúdios. Quer dizer, é uma coisa, assim, chocantemente inverídica, entendeu? Não dá, não é?

É só ver, tem muitos estudos que falam da ilha de calor, é só ver os estudos que tem medindo a temperatura onde tem conjunto de prédios e numa área vegetada, tem muitos estudos. Então eu gostaria de chamar a atenção...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. ÂNGELA TORRES – Ai, meu Deus do céu.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Três minutos, já.

A SRA. ÂNGELA TORRES – Desculpe.

Bom, queria concluir da seguinte maneira, da necessidade de se preservar o entorno das ZEPAMs, o entorno das APPs, porque o que está acontecendo é que as laterais, como o ZCOR-2 e tudo mais, avançando, não adianta falar, que isso não é ZEPAM, não vai ser ZEPAM daqui a pouco, não vai ser preservada.

Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Ângela.

Chamo agora a Fabíola Lago, da Rede Ambiental Butantã. E já se prepara o Alberto Milani, do Cades Sé.

A SRA. FABÍOLA LAGO – Fala no púlpito, não é? Que a gente parece estar, assim, evangelizando.

Bom, tantas coisas foram ditas aqui e reforçadas, e às vezes eu fico me perguntando como é que, em algum momento, a gente fica emocionada. Fiquei muito emocionada com a fala da Suzana, porque nesses últimos 13 dias nós trabalhamos, todo mundo da Rede Ambiental, foram muitos braços para levantar e legitimar com cada movimento. Foram 22 localidades a que

a gente foi, conversou com o movimento, discutiu qual era a demanda.

E parece meio surreal que, no final das contas, o que a gente está vindo aqui pedir é uma coisa muito óbvia, é uma coisa muito óbvia. Como um companheiro ali falou, respeite nossas nascentes. É dizer que a árvore que dá sombra. É dizer que a gente vai viver uma crise ambiental. É dizer que lá na Vila Mariana já sai chafariz de água, porque os nossos rios foram enterrados. As nossas gerações passadas cometeram um erro e nós pagamos muito alto por isso; e vamos cometer de novo. A gente está com eventos climáticos sérios, todo mundo viveu isso, foi assustador.

Foram 800 árvores caídas. Em 2022, no balanço da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Butantã estava com menos 522 árvores; a cidade de São Paulo estava com déficit de 4.913, em 2022. Estamos podando mais, tirando mais e plantando de menos num momento em que, depois daquela crise, daquela catástrofe, a primeira coisa que o Prefeito deveria fazer era falar assim: “Vamos repor as árvores. Toda árvore importa, toda nascente importa”. É isso que deveria ser feito. E o que a gente ouviu foi que vão ser licitados dois bilhões para podar árvores, porque o problema é a árvore que cai no carro, e não a maneira como nós tratamos nossas árvores, as nossas nascentes. (Palmas)

Então é muito difícil a gente chegar aqui e ouvir o executivo da Abrainc dizer um absurdo daqueles, de que é preciso adensar. Gente, isso é científico: onde tem prédio está pegando fogo. Eu moro numa área ZPR, eu estava morrendo de calor, 35 graus, e a minha casa é toda arejada, num bairro que tem verde, então não dá para construir mais prédios.

Eu queria lembrar, eu vi uma palestra recentemente, faz duas semanas: em Berlim, um país capitalista, em Berlim não se constrói nada enquanto tiver estoque de imóveis; enquanto tiver imóveis não se constroem novos imóveis.

São Paulo tem 590 mil unidades desocupadas, Censo 2020. Nós temos um déficit de 390 mil casas. O que a gente vai fazer com esse monte de prédios? Airbnb para acabar como está acabando com um monte de lugares, gentrificando? Então, eu acho, Vereador...

Obrigada. Assim, nós estamos dialogando com vocês, com a bancada feminista.

O que nós estamos pedindo é muito pouco, mas é racional, mas é poético, como a Suzana colocou aqui. A gente precisa da natureza. A natureza nunca foi tão importante na nossa cidade. Nós estamos vivendo um marco. A gente está vivendo os eventos climáticos.

Eu espero que vocês coloquem a mão na consciência. Nós não precisamos de concreto, nós precisamos de vida.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Agora, chamo o Alberto Milani, do Cades Sé. Em seguida, prepare-se a Flora Bender, da Amapar.

A gente está sendo rigorosa para conseguir que todo mundo fale, e faltam algumas pessoas ainda. Vamos tentar nos ater ao tempo para todo mundo poder falar.

O SR. ALBERTO MILANI – Boa noite a todos.

Meu nome é Alberto Milani, eu sou associado ao Viva Pacaembu, sou do Cades Sé, e represento uma comunidade, represento politicamente uma comunidade, porque a gente é uma *polis* não partidária, mas politicamente.

Como eu não vou reprisar as falas, porque o horário já está... já estamos em altas horas, eu só queria dizer uma demanda específica da minha região, das ZERs, que são Zonas Estritamente Residenciais, e importantes para a cidade, que são as ZCORs que envolvem as ZERs. Quer dizer, não mudar os parâmetros, não regredir os parâmetros que tem nos quadros da Lei de Zoneamento de 2016, que são partes integrantes, principalmente para os usos, no caso.

Eu acho, porque os usos, eventualmente, dependendo do uso, não combinado com aquela região, eles deterioram a rua. Por exemplo, no caso a minha rua, a Rua Bahia, a Rua Minas Gerais, todo o entorno das ZCORs-1 que fazem parte dessa perspectiva de preservação, porque a ZEPEC também é pensada como uma preservação. E agradeço, é só isso. Quer dizer, a proposta é, com o relator e com os Vereadores presentes, que esses parâmetros de uso, principalmente os parâmetros de uso e de ocupação, não sofram regressão, que já é um pedido

do Plano Diretor.

Obrigado. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Alberto.

Agora, Flora Bender, da Amapar. E prepare-se o Marcelo Magnani, da Apito.

A SRA. FLORA BENDER – Boa noite.

Seguinte: eu tinha anotado que eu ia falar para não falar palavrão, como eu falei lá na Lapa. O Vereador não está aí, mas a Vereadora sabe: hoje eu não vou falar palavrão. Só um, vai. (Risos)

Bom, seguinte: o Maurício mencionou algumas coisas que me remeteram não ao que eu escrevi para não falar palavrão, me remeteram a 40 anos atrás, quando eu morei na Floresta Amazônica. Então eu queria dizer para vocês que essa especulação imobiliária não é novidade.

Com licença, que eu vou pôr meus óculos – eram da mamãe, são retrô.

Mas, antes, eu quero me apresentar, eu vou me autodescrever. Estou de branco pela paz. Estou de retrô, porque eu sou retrô. Estou de calça verde pelo verde. Estou de tênis azul não pela Argentina – pobre Argentina –, mas porque, enquanto não tiver prédio no meu bairro, eu vou ver o céu azul.

Então é o seguinte: mudei tudo o que eu escrevi e o Vereador nem está aí. (Pausa) Chegou? É para você. Não vou falar palavrão porque tem lugar para as bundas todas, então está todo mundo sentado.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FLORA BENDER – Não, mas esse é problema seu.

Seguinte: eu trabalhei na mineração Rio do Norte, no Porto Trombetas, que tinha bauxita. O livro de português não tinha a segunda pessoa “tu”, e no Pará eles usam o “tu”. Porque a mineração era mineira, e mineiro usa “ocê”, “uai”. Então os meus alunos não sabiam o que era “você”, porque eles usavam o “tu”.

A professora de artes na Floresta Amazônica, não é metafórico na Floresta Amazônica, levou uma coleçãozinha do Disney. Ela carimbava o Disney e os menininhos

pintavam. No final da comemoração, da alfabetização dos pequenos, tinha um barquinho que ia não sei onde.

No Rio Trombetas, a gente via o que eles chamavam de Popopô, que eram barquinhos. A diretora montou uma piscina de plástico e eles comemoraram o final da alfabetização com barquinhos de papel.

As árvores tinham um reflorestador, isso há 40 anos, para reflorestar o que tinha sido desflorestado e defenestrado. Então, vocês veem que, na verdade...

Ah, esqueci de dizer que eu trouxe bolsa preta...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. FLORA BENDER – Já.

Eu trouxe bolsa preta pensando nos quase um milhão de mortos pela Covid-19 e pelos mortos da guerra.

Concluí. Tchau. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Flora.

Agora, Marcelo Godoy Magnani, da Apito. Ele foi embora, é isso?

Então, passo para o André Luzzi Campos, do Movimento do Parque Bixiga. André está aí? Também se foi?

Então, Augusto Luis de Aragão.

Passo para o Cleiton, Fofão, da Comunidade Quilombaque. (Palmas)

O SR. CLEITON (FOFÃO) – Boa noite a todas, a todos e a todes.

Agradecer, mais uma vez, o convite de ter a oportunidade de a gente falar um pouco sobre pensar a política pública para a nossa cidade, mas também vimos trazer uma reivindicação que, infelizmente, esta Lei de Zoneamento, esta revisão, como foi o Plano Diretor, está sendo tratada, faltando espaço de discussão, ainda mais nas periferias.

A gente não tem como fazer uma audiência pública, trazendo diversos distritos e, num dia, em três horas, resolver as nossas vidas. Então, acho que a gente tem que ter mais espaço de diálogo, trazer mesmo a periferia para este debate, porque, infelizmente, a nossa

comunidade ainda não tem esse entendimento, mas eles fazem parte desta cidade, eles têm por direito conhecer o que vai condenar a vida deles futuramente. (Palmas) Então, este processo tratorado só vai privilegiar a especulação imobiliária.

O nome do mano que acha que o prédio vai ajudar, infelizmente, a gente tem que avisar que não vai ajudar. Você vai morrer junto com a gente, não tem condição. (Palmas) Depois, a gente vai pensar um plano de quebrar todo esse cimento para achar terra e vida debaixo do cimento que você está produzindo. É triste isso.

Eu queria também falar do Movimento Território de Interesse da Tua Paisagem Perui-Jaraguá-Anhanguera, que é uma proposta criada pela nossa comunidade em prol da descentralização do orçamento e pensar a possibilidade de preservação da área, pensando a reserva da biosfera do cinturão verde, pegando o Parque Anhanguera, o Parque Estadual do Jaraguá e a Franja da Serra da Cantareira, para que a gente pense na possibilidade de uma economia menos degradante, de usar os patrimônios e toda aquela gleba de memória local para gerar uma economia que não precise derrubar nenhuma árvore, mas sim plantar mais árvores ainda.

Venho para também falar um pouco de ZEPEC. Acho que o TICP traz essa proposta de preservação da fábrica de cimento, das Cavas de Ouro que, infelizmente, foram soterradas. A gente está falando de uma bacia, que é a bacia do Rio Juqueri, onde foram enterradas diversas nascentes.

E fazer uma reivindicação também pela terra, as Aldeias Tekoas dos guaranis, que também fazem parte do TICP, porque, infelizmente, está sofrendo. A gente pede a mudança. Isso é emergencial. Independente se está judicializado, a gente está discutindo a sobrevivência dos guaranis que são povo originário, os guardiões da floresta. A gente precisa mudar aquele zoneamento e pôr ZEPAM (Palmas) e várias áreas de amortecimento. Não dá para construir prédio para abrir a janela para ver árvore, a gente está discutindo a sobrevivência da cidade de São Paulo.

Não tem como ter ZEIS em área de preservação, vai ter a Tenda, com 11 torres,

agora vem a Cohab do Governo. Não, não faz sentido, porque a gente está fazendo áreas indutoras. O muro da Tekoa do lado tem empreendimento, então isso vai, com certeza, prejudicar muito a vida da floresta que a gente tanto luta para preservar.

Obrigado, e é nós.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

O último inscrito é o Fabio, que tá abrindo a porta agora. Corre, Fabio. Você é o último, corre aí. Pega seu papel, correndo.

O SR. FABIO CABRAL – Bom, primeiramente, boa noite.

Obrigado é uma honra encerrar a audiência com tantas presenças ilustres. Reconheço vários colegas, conselhos participativos, o CADE, associações de bairro, e, primeiramente, também, dar minhas boas-vindas, boa noite aos Vereadores Silvia, Rodrigo e Covereadora Dafne.

Vou trazer um assunto sobre a ZEPEC. Neste momento, eu estou aqui representando a Associação Viva Pacaembu, a qual presido. Acho que a Silvia já visitou o estádio conosco, na ocasião da concessão municipal. É justamente esse um dos motivos, porque a gente entende que há necessidade agora de acomodação dos usos.

Eles foram alterados em 2014, portanto, não há necessidade agora de se alterar os usos no Pacaembu. Além de ser uma ZEPEC, que é um zoneamento que tem por objetivo restringir transformação, a ZEPEC é o único zoneamento que consegue, de alguma forma, salvaguardar ou valorizar o patrimônio cultural.

Nós entendemos, enquanto associação de bairro, ouvindo os moradores, que não há necessidade de alterar, por enquanto, pelo menos o zoneamento. Nem da área envoltória, como já foi discutido em uma audiência anterior que eu assisti, assim como do bairro. A área envoltória da ZOE, do Pacaembu, ela é basicamente a ZCOR-1, que é um uso de serviços.

No Pacaembu, o ZCOR-1 tem uma linha G, no quadro 4, que protege os usos de exploração, como os usos de eventos, *shows*, etc. casas de *shows*, que isso já é utilizado, que vai ser previsto, inclusive, ter bastante uso cultural no estádio.

Por isso, a gente não entende que essa área envoltória deva sofrer uma alteração, pelo menos, no momento. E, se houver alteração, acho que precisa ser mais discutido com a população, ter mais tempo de debater.

Outro ponto que eu queria trazer é relativo a uma alteração. Eu assisti em uma outra audiência a participação de uma pessoa solicitando a alteração do uso de unifamiliar para multifamiliar.

Eu preciso lembrar que há uma decisão na STJ, de 2011, que foi pacificada, e, pelo Código do Processo Civil, ela deve ser cumprida pelos juízes, os magistrados, porque ela é de Repercussão Geral. Isso é importante dizer.

Temos aqui advogados que podem nos ajudar, mas qualquer decisão de Repercussão Geral deve ser cumprida por todas as demais situações análogas ou semelhantes. A decisão foi qual? Ela determinou que a municipalidade não pode alterar restrições convencionais.

A gente precisa lembrar que o uso unifamiliar faz parte das restrições convencionais, inclusive, no próprio Pacaembu. Todas as ZEPECs, na verdade, aliás, lotes que têm restrição contratual, é um direito adquirido, é um ato jurídico perfeito. Então, a municipalidade não só não pode alterar, como isso não é passível de alteração nem via Lei de Zoneamento.

Esse é um outro assunto que encerra essa discussão de mudança para o multifamiliar, que não é possível.

E lembrar que a gente tem nas ZERs da cidade, só são 6% de ZER. Então, acho que por que alterar as ZERs? Por que mudar a ZER? Se o próprio... Eu sou conselheiro do...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. FABIO CABRAL – ...Políticas Urbanas também, e a própria Prefeitura não coloca no PL que foi para vocês a alteração de ZER, nem coloca a alteração de usos permitidos, que é o quadro 4.

Falando em quadro 4, eu também não encontrei no material que a Prefeitura enviou os quadros, eu só encontrei o quadro 1, 3B e o 6.

Ou seja, os quadros 1, 2, 2A, 2B, 3, 3A, 3B, 3C, 4, 4A, 4B e o 5, que são 16.402, não estão. Eu entendo que, se eles não estão, só para concluir, é que eles não vão sofrer alteração. Isso precisa ser informado à população também.

Por último, a ZEPEC não está demarcada no mapa. Faltou. Se você olhar a legenda, não tem ZEPEC. Então essa é outra informação que eu queria trazer.

Por fim, desculpa, sem querer me estender, pedi que a fiscalização e manutenção dessas áreas de patrimônio cultural sejam previstas em lei.

Obrigado. É isso. Boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Fabio.

Gente, para encerrar aqui, a Dafne Senna tem uma demanda de um movimento que não pode estar presente, é um minutinho só que ela vai falar. Em seguida, vou passar para Tamires Oliveira e depois para o Vereador Rodrigo Goulart. Dafne, vai lá.

A SRA. DAFNE SENNA – Gente, é uma demanda do Conselho Participativo do CPM da Vila Mariana em relação ao Parque das Bicicletas, que fica ali na região de Moema, não sei se todo mundo conhece. (Palmas) É um parque urbano consolidado que tem vegetação significativa.

A bacia hidrográfica passa embaixo do parque e ele não está demarcado como ZEPAM atualmente. É uma demanda da comunidade do CPM Vila Mariana que esse parque seja demarcado, seja, de fato, regularizado, porque é um parque urbano consolidado, vegetação, bacia hidrográfica, tem todos os componentes para ser demarcado como ZEPAM.

É mais uma das emendas que vai chegar no gabinete do Vereador Rodrigo Goulart amanhã, a partir da gente e que se espera seja acatada para regularização e proteção desse território. Gente, é isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Dafne.

Agora, então, a palavra está com a Tamires, que anotou tudo. Utilize quanto tempo for preciso para responder. Todo mundo vai falar que vai acatar.

A SRA. TAMIRES OLIVEIRA – Responder não vai dar. Realmente, eu anotei tudo,

todas as falas.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Já agradeço pela sua presença aqui na nossa audiência, Tamires, agradeço muito mesmo.

A SRA. TAMIRES OLIVEIRA – Obrigada, eu sempre venho com o maior prazer para falar com todo mundo.

Enfim, o projeto já foi enviado do Executivo para o Legislativo, mas é de total interesse nosso o que está sendo discutido, o que está sendo modificado.

Por isso, a gente acompanha de perto e dá total assistência e subsídio para a Câmara sempre que necessário. Não foi diferente no Plano Diretor, quando a gente deu total suporte. Todas as dúvidas que surgiam, o que é muito natural, quando chega no Legislativo aparecem as dúvidas dos Vereadores. A gente auxiliou no Plano Diretor e vamos continuar fazendo isso na Lei de Zoneamento.

Há várias coisas que vocês colocaram aqui que são super possíveis, que a gente chancela. Recebi aqui os documentos do Fórum e da Rede Ambiental do Butantã.

Vou analisar, responder formalmente para o Vereador com cada um dos pontos, o que é possível, o que não é, enfim. E aí, obviamente, vai caber aos Vereadores decidirem o que eles acatam ou não.

Apesar de o processo estar rolando aqui na Câmara, a gente está totalmente aberto para quem quiser ainda nos encontrar na Secretaria.

E acho que é isso. Encerramos mais uma. Boa noite para todo mundo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Tamires.

Passo agora a palavra para o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Achei que não fosse me deixar falar.

Boa noite a todas e a todos. Agradeço a gentileza da Vereadora Presidente Silvia da Bancada Feminista. Cumprimento todas as mulheres, uma bancada feminista, uma mesa feminista. Cumprimento a Bia, representando o SMUL, também a Tamires, pela Secretaria do Verde. São duas secretarias que têm dado muito respaldo ao nosso trabalho.

Como eu já disse aqui no início, desde a época da revisão do Plano Diretor também tratamos juntos.

Neste processo participativo, agradeço a presença de cada uma das senhoras e dos senhores, muitos rostos conhecidos na audiência de hoje. Acho que a gente já tratou de alguns assuntos com a grande maioria, em algumas reuniões no meu gabinete ou no gabinete de outros Vereadores também. Acho que isso é muito importante.

Não vou responder algumas provocações que foram feitas, infelizmente, inclusive, a falta de respeito a um senhor que participou de forma virtual, mas vou deixar para lá, para não entrarmos em polêmicas, até porque eu tenho respeitado a opinião, às vezes até divergente de muitos.

Posso citar que eu não concordo com algumas posições da Vereadora Silvia, mas eu a respeito muito. A gente sempre, mas sempre no bom sentido, procurando construir. Eu acho que é esse o nosso papel. Papel que nós já cumprimos na Revisão do Plano Diretor, que foi uma lei original de 2014.

A cidade que nós temos e que todos vocês criticaram, infeliz ou felizmente, é fruto de um Plano Diretor de 2014, ou seja, um plano com nove anos de vigência. Agora, nós estamos revisando, e exatamente da mesma forma como foi feita na Revisão do Plano Diretor, agora uma lei original de 2016, concordamos também que há diversos erros. É por isso que a gente está aqui, para rever cada um desses erros.

Tendo este processo participativo, esta é a 25ª audiência pública, a gente tem de ouvir ainda que é um processo que não foi participativo. Inclusive, eu estive no território de uma das pessoas que veio aqui e teve uma audiência pública regional no território da pessoa.

Infelizmente, eu não a encontrei naquela audiência, mas tivemos várias outras oportunidades e formas de participar. Nós tivemos diversas participações virtuais, inclusive, na audiência de hoje. Então, é muito importante que todos, apesar de não concordarem, mas como nós vivemos numa democracia, a gente tem que ouvir a cada uma das demandas que foram colocadas.

Além da participação nas audiências, há a forma virtual, também a possibilidade de protocolar os documentos, que, se eu não me engano, se encerrou hoje, não é, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Eu já informei, no começo da audiência, que encerrou hoje.

O SR. RODRIGO GOULART – Chegaram nos gabinetes diversos documentos físicos, inclusive, no meu gabinete há uma demanda muito grande de protocolos. E, agora, nós estamos partindo para a reta final do processo, para que a gente possa construir o texto.

Em sendo cumprido o cronograma, nós deveremos apresentar um texto já do primeiro substitutivo, ainda na segunda-feira que vem. Nós passaremos o restante da semana e o final da semana num trabalho muito intenso, para que a gente possa buscar a melhoria dessa legislação com sete anos de vigência.

E, só para sanar uma dúvida, apresentamos um mapa, que, na verdade, não deixa de ser um mapa original do zoneamento de 2016, com algumas alterações colocadas pela revisão do Plano Diretor Estratégico. Só para lembrar, o Executivo enviou a revisão do zoneamento, então, a revisão da lei de 2016.

E o que não foi publicado pelo Executivo, claro, quer dizer que vale o da lei original. Então, a lei original que está sendo revisada. É por isso que temos aqui, hoje, o material que está, agora, sendo revisado.

Mas nada impede que cada um dos 55 Vereadores faça a sua contribuição, também assim como cada um dos cidadãos que puderam participar deste processo participativo, não importa em qual das partes da lei original de 2016.

Ficou tudo muito bem claro aqui, da mesma forma como fizemos durante todo o processo. Temos, agora, um trabalho árduo junto com a Secretaria do Verde, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, outras secretarias também que têm feito a sua contribuição, também aqui no processo construído pelo Legislativo.

Há duas pautas muito importantes que tratamos aqui mais especificamente, mas tivemos outras abordagens mais gerais sobre a revisão do zoneamento. Mas, com certeza,

ZEPAM e ZEPEC têm sido duas abordagens muito importantes que temos feito, desde a revisão do Plano Diretor Estratégico, inclusive dando a possibilidade do controle dos eixos – que muito foi falado aqui sobre, mas que foram criados na legislação de 2014. Nós passamos nove anos da implantação dos eixos sem nenhum tipo de controle e foram nesses mapas apresentados por mim, por esta Comissão, os primeiros controles de eixo que nós tivemos em nove anos.

Então, alguns aqui reconheceram, muitos criticaram, mas é muito importante nós estarmos aqui. A gente não está aqui para ter aplauso, não; é para fazer o trabalho que a gente precisa fazer e revisar essas legislações que todos aqui concordam que estão equivocadas.

Então, muito obrigado. Era essa a minha posição e vamos à apresentação do primeiro substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereador Rodrigo Goulart.

Eu queria reiterar aqui que, apesar de a gente ter nossas diferenças, o Rodrigo tem, como Relator, recebido os movimentos – todos os movimentos que nós pedimos para o Rodrigo receber, ele tem recebido. Hoje, nós recebemos uma Comissão do MTST que vem reivindicar áreas de ZEIS, demarcação de áreas de ZEIS.

Então, agradeço publicamente, viu, Rodrigo? Agradeço publicamente por você ter se disposto a receber todos os movimentos e esperamos que – acredito que a totalidade não vai ser possível – mas que uma boa parte das demandas sejam atendidas agora, nesse novo relatório do substitutivo.

Eu queria, gente, terminar falando uma coisa muito importante. Primeiro, queria agradecer a todos os movimentos. Eu, Dafne e também a Natália Chaves, que está ali – que são Covereadoras da Bancada Feminista, que participam dos movimentos também – queríamos agradecer a todos os movimentos que vieram, que participaram.

O pessoal do Bixiga está ali – não falou hoje, mas está ali representado também. Tivemos uma audiência pública no sábado à tarde, somente sobre o Bixiga.

Eu queria encerrar com uma pesquisa que foi divulgada essa semana, que é a pesquisa da Oxfam. A pesquisa chama-se: “Um Planeta para os 99%” e fala que 1% dos mais ricos, dos milionários, dos bilionários do planeta, emitem mais gases do efeito estufa do que dois terços dos mais pobres. Então, a questão da desigualdade social, que não foi tratada aqui, mas ela está de fundo, é a raiz da questão de o planeta estar morrendo e da emergência climática; porque aqueles que têm muito – e eu estou falando do 1%, não estou falando de quem tem uma casa. Aqueles que têm muito, muito, muito – jatinhos, helicópteros, iates, não sei quantos apartamentos, não sei quantas casas, não sei quantas ações na Bolsa de Valores – são esses 1% que estão poluindo e deixando o nosso planeta mais quente.

Então, quando a gente for falar de Zoneamento e quando a gente for falar de adensamento, a gente tem que sempre perguntar: “está adensando para quem?”. Porque se for para adensar para prédios de um apartamento por andar, com quatro vagas de garagem, isso não é adensamento; isso é enriquecimento, isso é apropriação do espaço público para 1 % dos mais ricos, dos milionários e isso não é justo.

Não é justo que a população que não tem casa, que esteja morando nas ocupações – como hoje a gente recebeu uma das senhoras que mora há nove anos em uma ocupação só de madeira, esperando a regularização fundiária – não é justo que ela esteja morando há nove anos em uma ocupação só de madeira, enquanto há apartamentos sendo construídos com quatro vagas de garagem, perto do metrô.

É isso que a gente acha que é injusto e, por essa justiça climática, ambiental, mas também social, é que a gente está lutando aqui. A gente espera que essas audiências todas sejam ouvidas e sejam acatadas democraticamente pelo resultado final que a Câmara de Vereadores vai votar.

Então, é isso que eu queria falar aqui por último. Agradeço muito a presença de todos, de todas e todes.

Encerro a audiência. Nada mais havendo em ser tratado, dou por encerrada essa audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Ambiente.

Tenham todos uma boa noite.
